

REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

Publicação do Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal Rural de Pernambuco

EX SEMINE SEGES

Ano IV, volume I, número 6. – Jan – Jun, 2015

ISSN Eletrônico:2446-6662

ISSN:2316-977X



UFRPE

C122 Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE / Departamento de Ciências Sociais da UFRPE– a. IV, v. I, n. 6 (jan - jul. 2015)- Recife: EDUFRPE, 2016.
95 p.

ISSN 2316-977X
ISSN Eletrônico: 2446-6662

1. Ciências sociais - Periódicos

CDD 300



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Reitora:

Professora Dr^a. Maria José de Sena

Vice-reitor:

Professor Dr. Marcelo Brito Carneiro Leão

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação — PREG

Professora Dra. Maria Angela Vasconcelos de Almeida

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação — PRPPG

Professor Maria Madalena Pessoa Guerra

Pró-Reitoria de Atividades de Extensão — PRAE

Professor Dr. Delson Laranjeira

Pró-Reitoria de Administração — PROAD

Professor Dr Moacyr Cunha Filho

Pró-Reitoria de Gestão Estudantil — Progest

Professor Dr Severino Mendes de Azevedo Júnior

Pró-Reitoria de Planejamento — Proplan

Professor Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia Filho

Departamento de Ciências Sociais (DECISO)

Diretora Professora Dra. Rosa Maria de Aquino

COMISSÃO EDITORIAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

Dr. Fernando Joaquim Ferreira Maia, Dra. Giuseppa Maria Daniel Spenillo, Dr. Juarez Caesar Malta Sobreira, Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva

REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS COMISSÃO DE PARECERISTAS

Dr^a. Maria de Nazaret Wanderley Baudel (UFPE), Dr^a. Silke Weber (UFPE), Dr. Cristiano Welington Ramalho (UFRPE), Dr^a Selene Herculano (UFF), Dr. José Nunes da Silva (UFRPE), Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota (UFCEG), Dr. José Sergio Leite Lopes (Museu Nacional/

UFRJ), Dr. Michel Zaidan (UFPE), Dr^a. Maria Lúcia de Macedo Cardoso (FIOCRUZ/RJ), Dr. **Francisco Mesquita de Oliveira (UFPI)**, Dr. **André Gustavo Ferreira da Silva (UFPE)**, Dr^a. Maria da Conceição M. Cardoso van Oosterhout (UFCEG), Dr. **Amurabi Pereira de Oliveira (UFRGS)**, Dr. César H. Maranhão (UFRJ), Dr. José Glebson Vieira (UFRN), Dr. **Marcelo Alario Ennes (UFS)**, Dr. Emílio de Britto Negreiros (UFPE), Dr. Gonzalo Adrian Rojas (UFCEG), Dr^a. Vilma Soares de Lima Barbosa (UFCEG), Dr. José Luciano Lima Barbosa (UEPB), Dr. Edson Hely Silva (CAP/UFPE), Dr. Pedro Castelo Branco Silveira (FUNDAJ), Msc. Walber S. Batista (UFRPE), Dr^a. Maria de Assunção Lima de Paulo (UFCEG), Dr. Claudio Moraes de Souza, Dr. Marcos André de Barros (UFRPE), Fabio Bezerra de Andrade (UFRPE), Dr^a Rosa Maria de Aquino (UFRPE).

EDITOR

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

ASSESSORIA TÉCNICA

Diagramação: Felipe Souza Melo

Capa: Thiago de Souza Cabral

INDEXADORES

A Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE está indexada as seguintes bases:

Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org)

Latindex (<http://www.latindex.unam.mx/index.html>)

Periódicos Capes (www.periodicos.capes.gov.br)

Publicação semestral/Biannual publication – Tiragem:300 exemplares

Solicita-se permuta/Exchange desired

ÍNDICE

EDITORIAL

7

O CONCEITO DE CLASSE MÉDIA NO MUNICÍPIO DE
SÃO PAULO: A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES PARA SUA
QUANTIFICAÇÃO

Leandro Blanque Beccenei

9

O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO: O
PROJETO REVOLUCIONÁRIO DOS ZAPATISTAS

Guilherme Figueredo Benzaquen

Júlia Figueredo Benzaquen

26

UMA ETNOGRAFIA DOS MESTRES DA PESCA
ARTESANAL DA PRAIA DE CARNE DE VACA,
GOIANA, PE

Cristiano Wellington Noberto Ramalho

Andrezza Andrade de Melo

50

SERVIÇO PÚBLICO: CULTURA
ORGANIZACIONAL E TERCEIRIZAÇÃO DO
TRABALHO

Luiz Felipe Soares

72

**ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO
NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS
SOCIAIS DA UFRPE**

93

EDITORIAL

O presente número da Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE traz um conjunto de trabalhos que discutem diferentes temas e pesquisas das Ciências Sociais: a aplicação do conceito de classe média, o movimento zapatista, socioantropologia da pesca e a terceirização no contexto do serviço público universitário.

No texto *Leandro Blanque Beceneri*, intitulado: O conceito de classe média no município de São Paulo: a utilização de indicadores para sua quantificação, apresenta os resultados de uma pesquisa empírica, realizada pelo autor, com o objetivo de identificar variáveis que possam representar o conceito de classe média, possibilitando uma quantificação de tal conceito, para assim testar a hipótese da ocorrência de um processo de reestruturação da composição social, que possibilitou o surgimento de questões acerca da ascensão de uma nova classe social, a chamada “nova classe média”.

No trabalho de *Guilherme Figueredo Benzaquen e Júlia Figueredo Benzaquen*: O caminho se faz caminhando: o projeto revolucionário dos zapatistas, procura fornecer um panorama abrangente das principais questões enfrentadas por esse movimento em suas lutas pela transformação social, que servirá tanto aos que querem ter um primeiro contato com o movimento quanto aos que buscam entender suas mais recentes transformações. Adotamos as proposições teórico-metodológicas da análise de discurso para analisar 54 comunicados zapatistas escritos entre 21 de dezembro de 2012 e 25 de maio de 2014.

Cristiano Wellington Noberto Ramalho é autor do texto: uma etnografia dos mestres da pesca artesanal da praia de Carne de Vaca, Goiana, PE, apresenta os resultados de uma pesquisa, realizada no Litoral Norte do estado, em que os resultados apresentam um conjunto de mudanças significativas, tais como: desmatamento de áreas de manguezais, poluição dos rios; expansão urbana desordenada; instalação de grandes empreendimentos com impactos negativos sobre a localidade; e a saída de jovens da pesca. Ademais, mudanças nas relações de trabalho (saída dos empreseiros da pesca – donos dos instrumentos de trabalho)

trouxeram, por outro lado, elementos positivos.

Em *Serviço Público: Cultura Organizacional e Terceirização do Trabalho*, *Luiz Felipe Soares*, discute o trabalho terceirizado em organizações públicas através do conceito de cultura organizacional. Os resultados apontaram que o cotidiano de trabalho dos funcionários terceirizados é orientado a partir dos estímulos da cultura organizacional da universidade, apesar deles serem contratados por empresas privadas.

Aos leitores e leitoras da revista, desejamos uma excelente experiência de leitura.

O CONCEITO DE CLASSE MÉDIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES PARA SUA QUANTIFICAÇÃO

Leandro Blanque Becceneri¹

RESUMO

Esse trabalho propõe um estudo empírico do município de São Paulo com o objetivo de identificar variáveis que possam representar o conceito de classe média, possibilitando uma quantificação de tal conceito, para assim testar a hipótese da ocorrência de um processo de reestruturação da composição social, que possibilitou o surgimento de questões acerca da ascensão de uma nova classe social, a chamada “nova classe média”. As questões referentes à classe média brasileira não apresentam um consenso teórico, assim como inexistem um conjunto de variáveis pré-definidas capazes de representar esse grupo social. A metodologia empregada nesse estudo envolve a construção e análise de indicadores sociais que possam representar o conceito de “classe média”, para além de um recorte exclusivo por renda. Entre os métodos, análises e indicadores que serão desenvolvidos, destaca-se o Índice de Moran. Dessa forma, o trabalho inova ao contribuir com variáveis não exclusivas de renda, além de apresentar resultados inéditos na análise espacial dessas variáveis.

Palavras-chave: Classe média; Índice de Moran; Indicadores sociais.

1 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Membro do Grupo de Estudos Sociais, Urbanos e Ambientais (GESUA), da mesma universidade. Endereço postal: Av. Cidade Jardim, 2680, apt31A, São José dos Campos, São Paulo. CEP: 12233-002. E-mail: leandrobecc@hotmail.com.br

THE MEDIA CLASS CONCEPT IN THE CITY OF SÃO PAULO: THE USE OF INDICATORS FOR ITS QUANTIFYING

ABSTRACT

This paper proposes an empirical study of São Paulo in order to identify factors that can represent the concept of middle class, enabling quantification of this concept, so as to test the hypothesis of a restructuring of the social composition, enabled the emergence of questions about the rise of a new social class, the “new middle class”. Questions related to the Brazilian middle class do not have a theoretical consensus, and does not exist a set of predefined variables capable of representing this social group. The methodology used in this study involves the construction and analysis of social indicators that can represent the concept of “middle class”, in addition to an exclusive cut by income. Among the methods, analyzes and indicators to be developed, there is the Moran’s index. Thus, the work innovates to contribute not only with variables of income, presenting new results in the spatial analysis of other variables.

Keywords: Middle class, Moran index, Social indicators.

Introdução

O presente trabalho propõe um estudo empírico do município de São Paulo com o objetivo de identificar variáveis que possam representar o conceito de classe média, para testar a hipótese da ocorrência de um processo na última década, em que uma forte retomada do crescimento econômico, acompanhada de uma reestruturação da composição social, fez surgir questões acerca da ascensão de uma nova classe social, a chamada “nova classe média”. Nesse ponto é importante ressaltar que as questões sobre esse tema não encontram consenso na literatura e nem mesmo dentro do próprio governo brasileiro, sendo este um dos principais propagadores dessa ideia. Também é importante destacar que o intuito desse trabalho é explorar um conjunto de indicadores que possam ser aplicados na identificação de uma classe social, em um contexto urbano, econômico e social diverso, como o município de São Paulo.

A utilização da definição/nomenclatura “classe média” e “nova classe média” pela mídia, por economistas e pesquisadores é uma vulgarização da categoria “classe”, atrelando-a diretamente ao nível do consumo e renda. A determinação de estratos ou camadas sociais se dá através de muitos outros fatores do que apenas a posse e poder de consumo ou o eventual acesso a crédito (SOUZA, 2010). Ainda de acordo com Souza (2010) essa classificação é limitada, uma vez que não explicita que a vida desse grupo apresenta grandes desafios, sendo conflitante e cheia de obstáculos e contradições.

Segundo Neri (2008), existe pelo menos duas perspectivas para se conceituar “classe média”. Uma é pela análise das atitudes e expectativas das pessoas. Outra é pelo potencial de consumo, tal como no chamado Critério Brasil na qual a classe média é chamada de Classe C. Na pesquisa da FGV, essa “nova classe média”, ou “nova classe C”, está compreendida abaixo da A e B e acima da D e E. A fim de quantificar a renda, foi realizado um cálculo da renda per capita de cada domicílio. Dessa forma, a classe C tem uma renda entre R\$1.064,00 e R\$ 4.561,00 e se localiza acima dos 50% mais pobres e abaixo dos 10% mais ricos do país. A chamada “nova classe média” brasileira – a classe C – equivale a quase 98 milhões de pessoas. Dessa forma, o economista Marcelo Neri (2008) aponta que a classe C “é a imagem mais próxima da sociedade brasileira”. Seriam então o consumo e a renda os passaportes para ingressar na classe média?

Diversos autores divergem da tese do surgimento de uma nova classe social, como por exemplo, Souza (2010), para quem a visão economicista vigente simplesmente não analisou o aspecto social e imaterial, e universalizou os pressupostos da classe média para todas as demais classes abaixo desta, como se as condições de vida dessas classes fossem as mesmas. Outros autores indicam uma ampliação das ocupações na base da pirâmide social brasileira, reforçando assim a classe trabalhadora, que estaria equivocadamente sendo identificada como nova classe média (POCHMANN, 2012).

Considerar a parcela emergente da população como “nova classe média” parece ter como objetivo corroborar uma afirmação de que o país tornou-se um país de classe média, negando a existência de uma imensa massa de trabalhadores manuais, pouco instruídos, pobres e excluídos que ainda representam uma parcela bastante significativa da população brasileira. Apenas a utilização do termo classe média gera muitas controvérsias. De acordo com Vicente (2013), existem muitas definições e metodologias utilizadas na classificação da população de um país, porém, no Brasil, a despeito das variações metodológicas, a maioria utiliza o critério renda nessa classificação, variando apenas a maneira como essa variável é operacionalizada.

No contexto desse debate, o presente trabalho constitui-se de uma abordagem preliminar e exploratória, a fim de operacionalizar as ferramentas e o conceito para a análise da classe média paulistana, através da utilização de indicadores sociais. A construção e análise dos indicadores tiveram como base o Índice de Moran Global e Local e utilizou informações do Censo 2010 do IBGE.

I. Classe média enquanto conceito

Como consequência das mudanças econômicas e sociais ocorridas no Brasil na última década, em especial durante o governo Lula (2003-2010), surgiram questões sobre a composição social do país, assim como a ascensão de uma nova classe social, constantemente chamada de “nova classe média”. O Brasil apresentava, até a década de 1930, três estamentos sociais claramente definidos: uma pequena elite dominante, uma igualmente pequena classe média, e uma grande classe trabalhadora. Com o abandono do modelo agrário-exportador e com o incentivo a industrialização nos anos 1930, a classe média brasileira cresceu de forma vigorosa até o final da década de 1970, quando com o aparecimento dos

primeiros sintomas de crise, este crescimento foi contido. Ao longo desse período muitos foram os fatores que influenciaram o desenvolvimento desse grupo social. Na década de 1990, com as políticas de estabilização econômica, a classe média encontrou uma série de dificuldades em sua reprodução dentro da sociedade brasileira. A partir da década de 2000 é que esse grupo volta a crescer de forma significativa, ganhando novamente importância no cenário econômico e social do país (SINGER, 1980).

O fato de o país ter vivido na última década um forte crescimento econômico, com grande expansão do mercado de trabalho e de ocupações formais levou a grande difusão de informações, estudos e pesquisas sobre o surgimento de uma nova classe social no país. Assim sendo, é importante citar que o comportamento mais expressivo das classes baixas se dá em condições macroeconômicas desfavoráveis às estruturas produtivas mais complexas e avançadas. Sendo assim, os empregos e oportunidades gerados concentram-se nas faixas de menor remuneração (QUADROS, 2008), sendo que segundo Pochmann (2012) os empregos criados foram basicamente no nível base da pirâmide social brasileira, ou seja, com rendimentos próximos ao do salário mínimo.

O surgimento de uma nova classe social ou a entrada de importante número de pessoas em uma classe já existente abre caminho para que diversos trabalhos e estudos surjam, tanto apoiando a ideia de uma nova classe, assim como os que são contra essa tese. Dessa forma, torna-se crucial entender as transformações que ocorreram em nossa sociedade, assim como os impactos destas mudanças nas classes sociais no comportamento e na dinâmica social do país.

Nesse sentido, cabe definir aqui o objeto da pesquisa, a chamada “nova classe média”, ou “Classe C”. Entre as classes A e B e D e E, encontra-se a classe C. Segundo Neri (2008) a classe C é a imagem mais próxima da sociedade brasileira. Essa “nova classe média” também pode ser definida como o conjunto de pessoas que mesmo tendo poucas posses, destaca-se por posições intermediárias tanto na estrutura sócio ocupacional como na distribuição pessoal da renda e riqueza (GUERRA et al, 2006).

O tema da classe média é polêmico e controverso, havendo uma grande variedade de temas associados a ele, assim como aspectos políticos, ideológicos e socioeconômicos, tornando sua compreensão, como parte do sistema capitalista

em um país periférico, confusa e de difícil identificação (POCHMANN, 2012).

2. Metodologia

A metodologia desse trabalho envolve a construção e análise de indicadores sociais que possam representar o conceito de “classe média”, para além de um recorte exclusivo por renda. Um indicador social, segundo Januzzi (2004, p.15) é:

(...) uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, qualificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Os indicadores sociais podem representar quantitativamente fenômenos e processos sociais, e através deles é possível o desenvolvimento de pesquisas e a formulação e monitoramento de políticas públicas. Nesse sentido, serão utilizados indicadores sociais, com ênfase nos indicadores produzidos com base no questionário da amostra e assim espacializar os dados para as Áreas de Ponderação do Censo Demográfico 2010 do IBGE. A Área de Ponderação é a menor área geográfica para a qual é possível efetuar estimativas com base em informações do questionário da amostra (IBGE, 2010). Assim, através da construção e análise de indicadores sociais, o estudo pretende investigar indicadores que possam representar o conceito de classe média no município de São Paulo. Para isso, será realizada uma análise estatística espacial de indicadores socioeconômicos e demográficos. Entre os métodos, análises e indicadores que serão desenvolvidos, destaca-se o Índice de Moran.

O Índice de Moran é uma medida de autocorrelação espacial, sendo bastante utilizado quando se deseja um sumário da distribuição espacial dos dados. Nesse sentido, o Índice de Moran incorpora uma dimensão bastante inovadora, ao testar até que ponto o nível de uma variável para uma dada área é similar ou não ao das áreas vizinhas. Por exemplo, em situações onde não existe autocorrelação espacial, a distribuição dos valores dessa variável será uniforme em todas as áreas da cidade, isto é, se o percentual da variável na cidade é de 30%, esta proporção será aproximadamente a mesma em todas as áreas do município e o Índice de

Moran tenderá a zero. Para as situações onde há autocorrelação, as áreas com altas concentrações da variável serão vizinhas entre si e o Índice de Moran se aproximará de um. Assim como no caso dos outros indicadores espaciais, este indicador tende a ser afetado pela escala geográfica adotada (ANSELIN, 1995).

O Índice de Moran (I) é descrito como:

$$I = \left(\frac{N}{S_0} \right) \cdot \frac{\sum_i \sum_j w_{ij} x_i x_j}{\sum_i x_i^2}$$

Onde, W_{ij} é um elemento da matriz vizinhança espacial W que indica se as áreas i e j são contíguas. Foi utilizada uma matriz de vizinhança de primeira ordem, com W_{ij} assumindo valor 1 se i e j são fronteiriços e 0 caso contrário. S_0 é um fator de normalização igual a soma de todos os pesos e x_i corresponde ao valor do indicador a ser testado para a área i e N o número de observações (ANSELIN, 1995). Foi utilizado o nível de significância de 5% nos testes de hipóteses, onde a hipótese nula corresponde ao valor observado do índice para cada um dos quatro indicadores igual a zero. Para se verificar a existência de padrões espaciais e sua identificação utiliza-se o Índice de Moran Local.

3. Seleção das variáveis

A seleção das variáveis para representar as dimensões referentes à classe média constituiu-se em uma importante tarefa a fim traduzir esse conceito em indicadores objetivos, operacionalizando a análise. Como dito anteriormente, as questões referentes à classe média brasileira não apresentam um consenso teórico, assim como inexistem um conjunto de variáveis pré-definidas capazes de representar esse grupo social. Dessa forma, na seleção das variáveis buscou-se abranger tanto características das pessoas como dos domicílios através das dimensões renda, trabalho, educação e características dos domicílios presentes no objeto deste estudo, ou seja, o município de São Paulo. A seguir, a Tabela 1 apresenta os oito indicadores selecionados com objetivo de representar o conceito de “classe média”.

Tabela 1 – Indicadores selecionados para análise

Indicador	Dimensão
População residente - frequentava Rede de ensino Particular; Pessoas de 10 anos ou mais de idade com curso Superior completo;	Educação
Domicílios particulares permanentes com Microcomputador com acesso à Internet; Domicílios particulares permanentes com Automóvel para uso particular;	Características domiciliares
Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal de mais de 2 a 3 salários mínimos; Domicílios particulares permanentes por Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 2 a 3 salários mínimos;	Renda
Profissionais das ciências e intelectuais; Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados.	Trabalho

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Elaboração do autor.

4. Resultados

Para possibilitar uma análise das diferentes dimensões referentes ao conceito de classe média, foram feitas análises com os indicadores selecionados para o município, a partir do Índice de Moran. É importante destacar que foram gerados os percentuais dos indicadores originais presentes nas planilhas disponíveis no *website* do IBGE, como demonstrado no exemplo abaixo:

$$\text{Computador e internet} \div \text{Total de Domicílios Particulares Permanentes} \times 100, \text{ ou}$$

$$5047 \div 9089 \times 100 = 55,47\%$$

Para o cálculo do Índice de Moran Global e Local e para a espacialização dos dados, utilizou-se os sistemas de informações geográficas Terraview e GeoDa.

Abaixo, foi elaborada uma tabela com os fatores analisados e seus respectivos índices de Moran Global:

Tabela 2 – Índice de Moran Global das variáveis

Indicadores	Índice de Moran (I)
População residente - frequentava Rede de ensino Particular	0,76329
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com curso Superior completo	0,83032
Domicílios particulares permanentes com Microcomputador com acesso à Internet	0,77442
Domicílios particulares permanentes com Automóvel para uso particular	0,69796
Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal de mais de 2 a 3 salários mínimos	0,44281
Domicílios particulares permanentes por Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 2 a 3 salários mínimos	0,54631
Profissionais das ciências e intelectuais	0,79781
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	0,65455

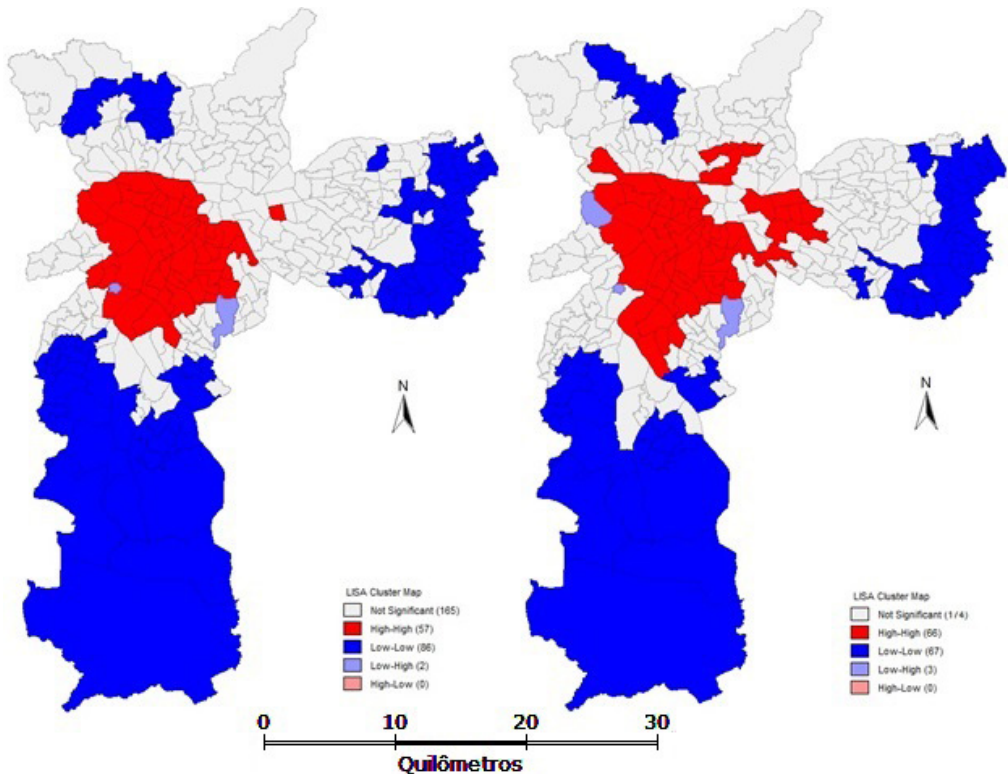
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Elaboração do autor.

A seguir, serão apresentados e descritos os mapas *LISA* (*Local Indicator of Spatial Association*), para cada um dos oito indicadores apresentados na Tabela 1, onde estão identificados os *clusters* espaciais (concentrações) de Áreas de Ponderação que se diferenciam das demais áreas do município em relação a uma determinada variável. Nesses mapas, as áreas em vermelho (chamadas de high-high ou alto-alto) são aquelas onde ocorrem valores da variável muito acima da média da cidade e, simultaneamente, as áreas vizinhas também apresentam valores muito altos. Já as azuis (chamadas de low-low ou baixo-baixo) representam as áreas com valores abaixo da média do município e simultaneamente as áreas vizinhas também apresentam valores muito baixos. As áreas em rosa e lilás são as áreas de transição, ou seja, o padrão local não é similar ao da vizinhança. Por

fim, às áreas em branco são aquelas em que não foram identificados padrões espaciais que se diferenciam de modo particular do observado para o conjunto do município (ANSELIN, 1995). Portanto o Índice de Moral Local, expresso pelo mapa LISA, é um excelente método para se identificar concentrações de fatores dentro do município.

4.1 Educação

Mapa 1 - Porcentagem de pessoas de 10 anos ou mais de idade com curso Superior completo e Porcentagem de população residente que frequentava a Rede de ensino Particular



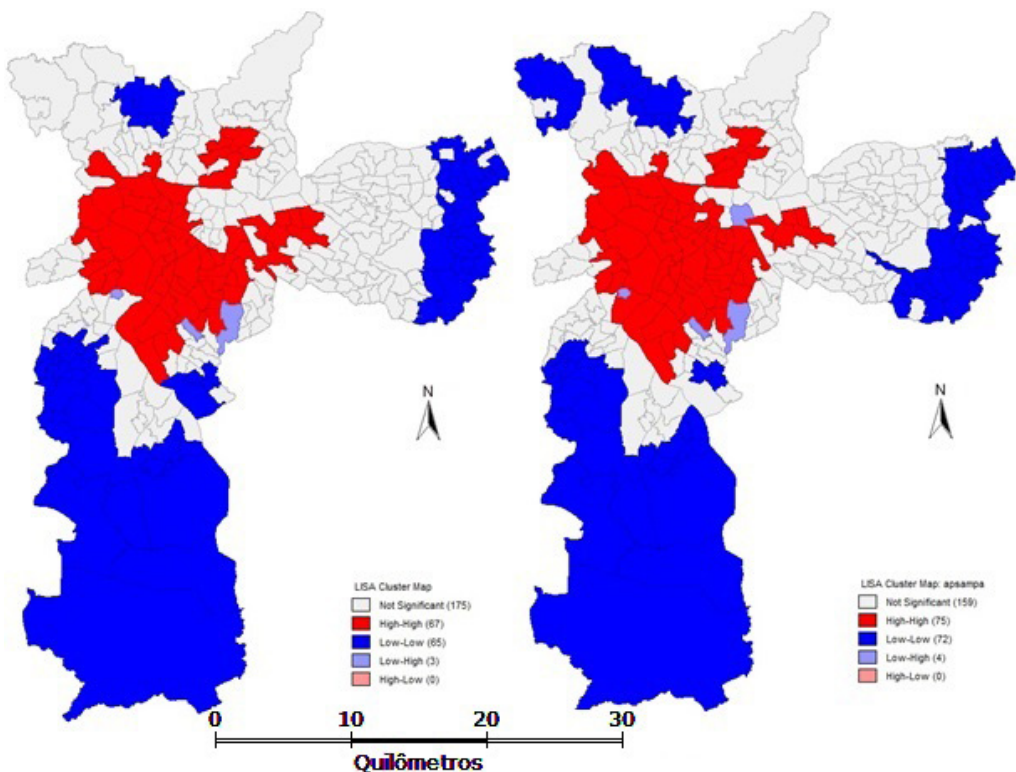
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Elaboração do autor.

Nos mapas acima é possível observar o município de São Paulo dividido em Áreas de Ponderação, definidas pelo Censo 2010 do IBGE. Assim, para os indicadores de *Educação*, percebe-se que as áreas em vermelho não se estendem

muito além da região mais central e rica do município, configurando um padrão centro-periferia. Porém, para a variável *percentual que frequentava a Rede de ensino Particular* (mapa da direita), observam-se algumas poucas áreas em vermelho (alto-alto) em regiões “menos nobres”, como partes das zonas sul e leste. De uma maneira geral, as áreas em vermelho apresentam uma proporção muito maior de pessoas que declararam estudar na rede particular e ter o ensino superior completo, do que no conjunto do município, enquanto as áreas em azul apresentam uma proporção inferior à média municipal. É possível observar também que as áreas em azul encontram-se nas extremidades do município, em especial no extremo norte, leste e sul.

4.2 Características dos domicílios

Mapa 2 - Porcentagem de Domicílios particulares permanentes com Microcomputador com acesso à Internet e Porcentagem de Domicílios particulares permanentes com Automóvel para uso particular

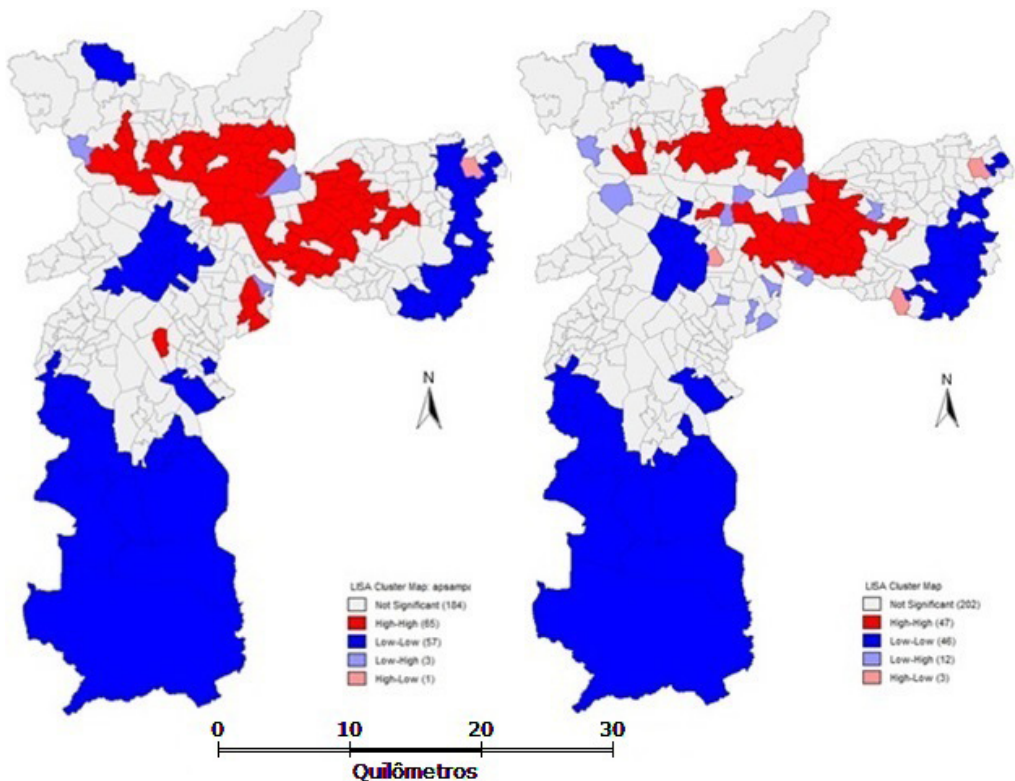


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Elaboração do autor.

Os mapas acima representam as características dos domicílios, levando em consideração a posse de computadores com internet (mapa da esquerda) e de automóveis particulares (mapa da direita). Essas variáveis não se restringem apenas a domicílios na parte central ou em um possível centro expandido, ocorrendo uma concentração acima de média também em algumas partes das regiões norte, sul, leste e oeste. Novamente, assim como no mapa anterior, as áreas azuis encontram-se nas extremidades do município, em especial na zona norte e nos extremos leste e sul. Há também zonas de transição, como as apresentadas em lilás nas porções sul e leste. Ou seja, ainda se observa um padrão centro-periferia, mas esse padrão parece não ser tão rígido como se observava historicamente no município de São Paulo.

4.3 Renda

Mapa 3 - Porcentagem de Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal de mais de 2 a 3 salários mínimos e Porcentagem de Domicílios particulares permanentes por Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 2 a 3 salários mínimos.



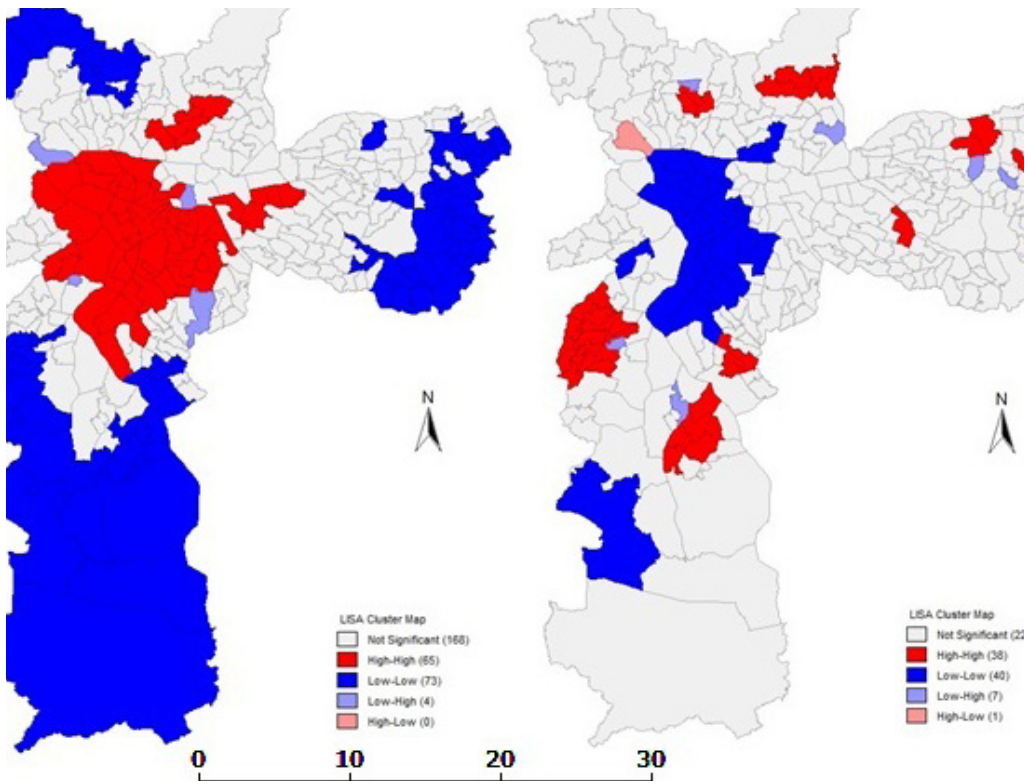
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Elaboração do autor.

Os mapas acima apresentam as variáveis de renda para pessoas (mapa da direita) e domicílios (mapa da esquerda). Nesse caso, ocorre um padrão diferente em relação aos observados anteriormente. Por se tratarem da dimensão renda focando nos rendimentos pessoais e domiciliares, é possível observar que na região central e oeste os rendimentos considerados como representativos da classe média apresentam valores inferiores à média do município, assim como as extremidades norte, leste e sul. Porém, no caso das extremidades ocorre que

essa faixa de renda não é alcançada, sendo que esses lugares apresentam rendas inferiores aos valores determinados para identificar a classe média (2 a 3 salários mínimos). É importante observar que as regiões em vermelho também não estão localizadas no centro, espalhando-se no território sem um padrão uniforme, estando presentes nas áreas norte, sul, leste e oeste, porém espacialmente próximas ao centro. Também é possível visualizar zonas de transição no extremo leste e norte do município para ambas as variáveis. Não é possível verificar a ocorrência do padrão centro-periferia, uma vez que os fatores analisados se distribuíram de forma muito variada no território.

4.4 Trabalho

Mapa 5 – Porcentagem de Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, na ocupação no trabalho principal - Profissionais das ciências e intelectuais e Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Elaboração do autor.

Nos mapas acima, o primeiro, que considera a variável *Profissionais das ciências e intelectuais*, configura-se como um claro padrão centro-periferia, sendo que o segundo não apresenta esse padrão, mostrando um agrupamento da variável *Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados* por variadas áreas do município, indo do extremo leste ao extremo sul. Portanto, existe uma grande diferença entre as duas variáveis, o que resulta em uma distribuição desigual das profissões abordadas. Verifica-se que no centro ocorre uma concentração de *Profissionais das ciências e intelectuais*, sendo que nas regiões periféricas isso não ocorre. Também é possível perceber que no centro não ocorre grande presença da variável *Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados*.

Considerações finais

Os conceitos que envolvem o que é classe média, apesar de serem muitas vezes subjetivos e difusos, demandam abordagens que sejam capazes de quantificar e mensurar essa situação no espaço, para que as afirmações e estudos sobre esse estrato social sejam mais objetivos e quantificáveis. Apoiado nessa deficiência em mensurar tal conceito, este trabalho buscou uma primeira abordagem para o desenvolvimento de um indicador que possa representar essa condição, capaz de localizar a população em relação às suas condições econômicas e sociais, em uma escala que permita a identificação de concentrações espaciais de fatores em meio à população, para que possam, conseqüentemente, serem interpretados com maior precisão. Além disso, o modelo desenvolvido permitiu testar a hipótese sobre outras variáveis que compõe o conceito de classe média, indo além do recorte exclusivo por renda. Assim, o trabalho serve como ponto de partida para um estudo mais detalhado sobre tal fenômeno e sobre o surgimento da “nova classe média”.

Cabe destacar que o trabalho inova ao contribuir com variáveis não exclusivas de renda (escolaridade, posse de bens, profissões), além de apresentar resultados inéditos na análise espacial dessas variáveis, cumprindo o objetivo proposto de fazer uma análise da classe média indo além de indicadores de renda e apresentando resultados importantes na abordagem desse tema de pesquisa.

O Índice de Moran demonstrou coerência com os padrões apresentados, pro-

porcionando uma caracterização preliminar do conceito de classe média. Entretanto, como dito anteriormente, esta é uma abordagem preliminar e exploratória, necessitando aprimoramentos com testes de outros indicadores, assim como de adaptações metodológicas como forma de permitir uma exposição de forma clara e objetiva do conceito de classe média, para que dessa forma seja possível sua aplicação de modo eficiente em futuros trabalhos e pesquisas.

Recebido em junho de 2015.

Aprovado em dezembro de 2015.

Referências

ANSELIN, L. **Local indicator of spatial association – LISA**. In: Geographical Analysis, 1995.

GUERRA, A; POCHMANN, M; SILVA, R. et alii. **Atlas da nova estratificação social no Brasil**. Volume 1: Classe média, desenvolvimento e crise. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, medidas e aplicações. Campinas: Allínea/PUC-Campinas, (3ª. ed.), 2004.

NERI, M. C. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

PASTORE, J. e SILVA, N. V. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.

POCHMANN, M. Mobilidade social no capitalismo e redivisão internacional da classe média. In A **“Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Dawid Danilo Bartelt (org). – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

_____. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Editora Boitempo, 2012. QUADROS, W. **Notas metodológicas**. Campinas: IE/UNICAMP, 2008.

SINGER, P. **A crise do “milagre”**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VICENTE, E. **Nova classe média**: um delírio coletivo? In A **“Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Dawid Danilo Bartelt (org). – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO: O PROJETO REVOLUCIONÁRIO DOS ZAPATISTAS

Guilherme Figueredo Benzaquen¹

Júlia Figueredo Benzaquen²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o projeto revolucionário zapatista. Esperamos fornecer um panorama abrangente das principais questões enfrentadas por esse movimento em suas lutas pela transformação social, que servirá tanto aos que querem ter um primeiro contato com o movimento quanto aos que buscam entender suas mais recentes transformações. Adotamos as proposições teórico-metodológicas da análise de discurso para analisar 54 comunicados zapatistas escritos entre 21 de dezembro de 2012 e 25 de maio de 2014. O discurso é entendido como reprodutor e transformador da sociedade, é neste sentido que os comunicados são materiais privilegiados para entender os zapatistas. Como principais resultados da análise, afirmamos que o projeto revolucionário zapatista se exprime através daquilo que eles negam, do que eles afirmam e do que apontam como proposta. Em linhas gerais eles negam o capitalismo e afirmam a existência de “outros mundos possíveis”. A proposta, ou o projeto, é algo extremamente imbricado com o presente, assim a revolução não acontecerá num

1 Mestre em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Rua Ferreira Lopes, 223/1101. Casa Amarela. CEP: 52060-200. Recife – PE. benzaquenguilherme@gmail.com

2 Professora Adjunta I do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Membro dos grupos de pesquisa registrados no CNPq – “Curupiras: colonialidades e outras epistemologias – UFPE” e “Epistemologias Alternativas, Movimentos Sociais, Cultura, Educação e Meio Ambiente – IFPE”. Doutora em Sociologia no Programa de Pós-colonialismos e cidadania global do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Estrada do Encanamento, 1752/602. Monteiro. CEP: 52070-000. Recife – PE.

futuro distante, mas sim no fazer cotidiano. Concluimos assim que o projeto revolucionário zapatista se identifica com as teorias e as práticas autonomistas, ou seja, defende a autonomia e a ideia de que revolução é processual.

Palavras-chaves: Zapatistas, Projeto Revolucionário, Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This article aims to analyze the Zapatista's revolutionary project. We intend to provide a comprehensive overview of the main issues faced by this movement in their struggle for social transformation that will serve both to those who want to have a first contact with the movement and those who seek to understand their latest changing. We adopted the theoretical and methodological propositions of discourse analysis to analyze 54 Zapatistas releases written between 21 December 2012 and 25 May 2014. The speech is seen as reproductive and transformative of society, it is in that sense that the releases are privileged materials to understand the Zapatistas. The main results of the analysis is that the Zapatista's revolutionary project is expressed through what they deny, what they claim and what they propose. In general, they deny capitalism and claim the existence of "other possible worlds". The proposal, or project, is extremely connected with the present, as the revolution will not happen in the distant future, but in the daily tasks. We conclude that the Zapatista's revolutionary project identifies with the theories and practices autonomist, ie, defends the autonomy and the idea that revolution is procedural.

Keywords: Zapatistas, Revolutionary Project, Social Movements.

Introdução

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) se destaca internacionalmente por ter o apoio de diferentes correntes da esquerda mundial. A sua popularidade deve muito ao fato deles experienciarem a possibilidade de “um outro mundo”. Portanto, qualquer discussão acerca desse contexto e dos questionamentos que ele nos coloca politicamente pode servir como suporte para reflexões sobre a superação do capitalismo na contemporaneidade. Nesse artigo iremos analisar o “projeto revolucionário” zapatista. É preciso fazer, desde já, a ressalva que essa análise está baseada na sistematização de um discurso um tanto escorregadio. Foi difícil, porém produtivo esse esforço de compreensão de algo que está em movimento.

O conceito central para o nosso trabalho é o de “projeto revolucionário”. Ao contrário de algumas organizações que definem guias rígidos de ação, parecemos que para compreender como os zapatistas desenvolvem um projeto é necessário recorrer a Castoriadis. Para esse autor o projeto nunca será totalizante, pois não existe um saber que dê conta de toda a complexidade do real. Nesse sentido, Castoriadis formula a seguinte definição para “projeto revolucionário”:

O projeto é o elemento da práxis (e de toda atividade). É uma práxis determinada, considerada em suas ligações com o real, na definição concretizada de seus objetivos, na especificação de suas mediações. É a intenção de uma transformação do real, guiada por uma representação do sentido desta transformação, levando em consideração as condições reais e animando uma atividade (CASTORIADIS, 1995, p.97).

Como pode ser visto, as características principais dessa definição abrangente de projeto é ser uma parte da práxis, levar em consideração o real, definir objetivos, ter a intenção de transformação e animar uma atividade. Além de fornecer uma definição, ele alerta para a dificuldade em entender o projeto revolucionário, pois, ele é mais um sentido e uma orientação, do que o fixar em “ideias claras e distintas”. O projeto é pensado como em movimento, portanto, a representação dele – incluindo aqui esse artigo – sempre é limitada.

Devido às limitações próprias a um trabalho como esse, decidimos fazer a análise através de comunicados. O que, por um lado, nos permitiu aprofundar

no que é projetado por eles, mas, por outro, nos fez perder a capacidade de verificar suas construções práticas. Essa análise tem um recorte temporal atual que nos permitirá entender o que eles vêm defendendo ser uma nova etapa do movimento. Há uma vasta bibliografia sobre o EZLN, porém sobre o momento mais recente ainda há poucas análises interessantes. Parece-nos, portanto, que a nossa contribuição tem algum valor por tentar esclarecer as formulações mais recentes do movimento. Em suma, nosso intuito é revisitar uma experiência bastante importante para os movimentos sociais contemporâneos buscando entender onde eles estão e para onde querem caminhar.

A análise tem como objeto 54 comunicados escritos entre 21 de dezembro de 2012 e 25 de maio de 2014. O caráter simbólico da linguagem zapatista será problematizado para que o entendimento supere os significados mais superficiais (HILSENBECK FILHO, 2007). Guiaram-nos nessa análise as proposições teórico-metodológicas da análise de discurso. Compreendemos, portanto, a linguagem como prática social. A linguagem não é entendida como um veículo transparente de vontades externas a ela. Pelo contrário, o discurso é um modo de ação e, dessa forma, estabelece uma relação dialética com a estrutura. Para além de representar o mundo, o discurso o significa e o constrói (FAIRCLOUGH, 2001). Portanto o discurso promove tanto a reprodução quanto a transformação da sociedade (das identidades sociais, das relações sociais, dos sistemas de conhecimento e crença).

Realizaremos, na primeira parte do artigo, uma contextualização social e histórica do EZLN e do local de onde falam: Chiapas, México. Esse panorama não tem o intuito de ser exaustivo e serve como localização para a parte principal do nosso trabalho, na qual analisaremos o projeto zapatista. Em um segundo momento, iremos apresentar a análise buscando dar conta da atualidade e das projeções do movimento.

I. Origens e conquistas

Na madrugada de primeiro de janeiro de 1994, milhares de indígenas com rostos cobertos tomaram as principais cidades do Estado de Chiapas no México, com o grito de “Já Basta”. Enquanto isso Carlos Salinas de Gortari (presidente eleito em 1988) celebrava a incorporação do México no Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). O NAFTA estabelece a desregulação dos

mercados e a privatização das empresas públicas, da educação, da saúde e de bens comuns, dando maior poder às empresas transnacionais na região. A situação dos indígenas chiapanecos se encontrava em uma encruzilhada.

Sobre a região, Hilsenbeck Filho (2007) destaca que Chiapas é um estado rico com uma população empobrecida. Esse é um dos estados mexicanos com o maior percentual de população indígena. A região conta com numerosas riquezas naturais, dentre as quais se destacam o petróleo, o urânio e as madeiras preciosas. Além disso, é um grande fornecedor de energia para todo o México. Isso destoa da baixíssima qualidade de vida de grande parte da população que não é propriamente abastecida de luz elétrica e de água potável. O serviço médico também é precário, sendo comum a proliferação de mortes por doenças evitáveis como tuberculose, sarampo e cólera. Nesse contexto, ser indígena piora ainda mais a qualidade de vida. Essa situação de precariedade exerceu forte influência para o levante do EZLN, porém seria simplório explicar tudo a partir disso. É necessário também olhar para a história das resistências no México e em Chiapas para entendê-los. O levante que a quase todos surpreendeu já que o mundo vivia o pós queda do muro de Berlim, foi na verdade fruto de um acúmulo de algumas décadas (DIAZ, 2013).

De caráter mais nacional, três eventos são elencados pelo Subcomandante Marcos³ em Le Bot (1997) como antecedentes do levante zapatista: Independência do México, Revolução Mexicana e o massacre de Tlatelolco. A Independência ocorreu em 1821, porém somente em 1823 a elite regional decide separar Chiapas da Guatemala e integrá-la ao México. Mais significativo, entretanto, para entender a história do EZLN é a Revolução Mexicana com o seu lema de “Terra e Liberdade”. O próprio nome do EZLN remete a Emiliano Zapata, um dos principais protagonistas do processo que se iniciou em 1910 e que tinha como base de apoio a população camponesa. Um fato importante dessa época que serve de influência para as construções atuais foi a Comuna de Morelos, uma das conquistas da Revolução, que tinha um alto grau de autonomia e capacidade de decisão em relação aos espaços municipais e distritais. Ouviaña (2007) descreve como ali foi repartida a terra e ditaram leis revolucionárias que contemplavam questões educacionais, sanitárias, comunicacionais e de produção.

3 Principal porta-voz do EZLN.

Apesar de não ter vivenciado nenhuma ditadura desde a Revolução, o México é um país conhecido por lidar de forma autoritária com as suas divergências internas (HILSENBECK FILHO, 2007). Isso está relacionado com o fato do Partido Revolucionário Institucional (PRI) ter hegemonizado a política eleitoral entre 1929 e 2006. O exemplo mais chocante desse contexto de repressão foi vivenciado em 1968 e culminou na noite de Tlatelolco. O que começou como um movimento estudantil ganhou uma grande proporção com manifestações de massa na Cidade do México. No dia do massacre, quando havia apenas uma reunião na Praça dos Três Poderes, a polícia começou a atirar indiscriminadamente em todos que se encontravam no local. Esse evento foi muito importante na história política do México porque demonstrou para os movimentos sociais os limites do diálogo com o Estado.

Na origem do Exército Zapatista de Libertação Nacional estão três importantes fatores: aqueles que lutaram no México da década de 1960, as comunidades indígenas que já tinham suas construções políticas e as contribuições da teologia da libertação. Sobre a resistência indígena, ela se inicia, obviamente, quando ocorreu a colonização espanhola em 1524. Foram centenas de motins, revoltas e insurreições protagonizados pelos indígenas em Chiapas. A resistência anti-colonial se manteve ativa tanto como insubordinação anônima quanto como confronto declaradamente aberto. Mais recentemente, em princípios dos anos 1980, havia um movimento indígena com duas vertentes. Um da Selva que começou a traçar seus caminhos políticos e organizativos a partir da década de 1970, mas que ainda se encontrava muito isolado. E o outro, de uma dezena de pessoas extremamente politizadas, com vasta experiência e tradição no campo da luta política, que já haviam participado de diversas organizações políticas de esquerda e percebiam como única solução para os problemas que lhes afligiam a via da violência armada. Ou seja, já havia esforços de articulação entre as comunidades que foram aproveitados na formação do EZLN, não surgiu tudo do dia para a noite.

O internacionalismo anti-imperialista também contribuiu para o surgimento do EZLN. Na América Latina, este internacionalismo se concretizou em diversos grupos que defendiam como estratégia política a guerrilha em busca da emancipação do povo. O EZLN nasceu como uma célula das Forças de Libertação Nacional (FLN), movimento armado marxista-leninista, que se estabeleceu

em Chiapas para organizar um dos núcleos revolucionários que seriam formados em todos os estados do país. Na década de 1980, um grupo de militantes urbanos se isolou na Selva Lacandona e começou a fazer articulações com os indígenas. Dez anos depois do início dessa troca, eles se apresentaram como um grupo armado, porém o EZLN não era mais o mesmo da sua origem e não era mais possível caracterizá-lo como um grupo guerrilheiro de libertação. “No momento do levantamento, as FLN praticamente inexisteriam como força política, e o EZLN já havia se convertido em uma organização político-militar independente das diretrizes e dos mandos das FLN” (BRANCALEONE, 2013: 8). Ele é um dos filhos das lutas de libertação nacional, uma tradição insurrecionalista que estava bastante em voga na América Latina, porém – como é comum aos filhos – ele traçou caminhos próprios. Apesar de aparecer ao público pela primeira vez como uma organização armada, eles consideram que sua estrutura militar deve tender a se dissolver, assim que seja possível, em formas organizativas mais democráticas e horizontais. Os zapatistas não têm como objetivo, como outras guerrilhas latino-americanas, tomar o poder, mas sim viver outros mundos possíveis.

Hilsenbeck Filho (2007) aponta que um fator que contribuiu para o afastamento do EZLN do marxismo-leninismo foi a influência da Teologia da Libertação. Essa corrente da Igreja católica surgiu na América Latina na década de 1960 e se fundamentou em uma série de experiências da base da Igreja em sua luta pela construção do reino de Deus no “aqui na Terra”. As comunidades eclesiais de base começaram a fazer uma série de trabalhos de evangelização e auto-organização dos indígenas por conta do que foi chamado como “opção pelos pobres”. Nesse sentido, foi muito importante o papel desempenhado por Dom Samuel Ruiz na Arquidiocese de San Cristóbal. Seu trabalho pastoral se baseou em revalorizar as culturas ancestrais dos povos originários, difundindo o evangelho e os ideais igualitários entre os mais oprimidos.

Falta-nos agora relatar o levante zapatista e os seus feitos desde então. Esse levante teve um confronto armado de 12 dias que foi interrompido graças ao forte apelo da sociedade civil mexicana e internacional. As baixas foram significativas para um exército tão precário como o EZLN, mas a vitória no campo político foi fundamental para que conseguissem se manter vivos (DÍAZ, 2013).

Ali foi lançada a Primeira Declaração da Selva Lacandona – desde então já foram lançadas seis – que explicitava o projeto revolucionário do movimento. A

articulação entre zapatistas e sociedade civil tem se provado importante para a sobrevivência dos chiapanecos. Como demonstra a pesquisa realizada por Cássio Brancaleone (2013), a qualidade de vida dos indígenas da região melhorou muito. Avanços foram realizados nas condições de moradia, de educação, de saúde, de comunicação e de produção. Isso tudo não contou com o apoio do Estado; pelo contrário, foi feito apesar dos seus esforços de destruir as construções zapatistas. Um exemplo paradigmático dessa relação conflituosa entre o EZLN e o governo mexicano foram os Acordos de San Andrés firmados em 1996. Foi realizada uma rodada de negociação para a garantia de direitos relacionados à autonomia, justiça e igualdade aos povos indígenas. Esses ganhos deveriam ser concretizados em uma mudança constitucional, porém isso nunca foi cumprido pelo Estado.

A organização política do território também passou por mudanças, sendo a primeira de grande significado a criação dos municípios autônomos em rebeldia. Povoados pequenos se uniram para garantir a autodefesa, a gestão dos recursos e a autonomia educacional e de saúde. As decisões eram realizadas em assembleias que têm como uma de suas funções eleger os representantes para o Conselho Municipal Autônomo. É importante destacar que uma evolução nessa forma de autogoverno foi a criação das Juntas de Bom Governo. Essas são um grupo rotativo de indígenas e são regidas pelo que os zapatistas chamaram de “mandar obedecendo”, ou seja, de governar em prol de todos e nunca de si mesmo. Os representantes são delegados dos Conselhos Autônomos e têm como papéis principais mediar conflitos e garantir igual desenvolvimento das comunidades zapatistas. As Juntas têm como sede outra importante conquista do projeto autonomista zapatista: os cinco caracóis, que servem como espaços de encontro e diálogo entre os municípios autônomos e com a sociedade civil (GENNARI, 2005).

Muitas foram as iniciativas zapatistas que tiveram como objetivo estreitar os laços com outras coletividades, dentre elas podemos citar os Encontros Intergaláticos⁴, o Festival Digna Rabia⁵ e mais recentemente a Escuelita⁶. Eles

4 Em 1996 e em 1997 aconteceram os Encontros Intergaláticos, que propuseram a construção de redes internacionais de resistência e contra o neoliberalismo.

5 O objetivo principal deste evento foi comemorar o décimo-quinto aniversário do EZLN, proporcionando a exposição das principais ideias do movimento.

6 Experiência realizada em 2013, quando os zapatistas convidaram vários parceiros interna-

também realizaram algumas demonstrações de reivindicação e celebração: Marcha dos 1111⁷, Marcha da Cor da Terra⁸ e, mais recentemente, a Marcha Silenciosa⁹. Além disso, é recorrente nessa breve história do movimento a tentativa de estabelecimento de vínculos mais duradouros como exemplificam a criação do Congresso Nacional Indígena e da Frente Zapatista de Libertação Nacional que deixou de existir quando da criação da Outra Campanha. Esse último foi um movimento civil que tinha como bandeira principal uma crítica da política institucional. Os objetivos principais eram criar um programa nacional de lutas e transformação da constituição mexicana. Essa iniciativa foi concomitante à Zesta Internacional, iniciativa que tinha como objetivo realizar uma articulação internacional com os sujeitos em luta. A Outra Campanha foi dissolvida recentemente para demarcar a entrada dos zapatistas em um novo momento da sua história que é justamente o que iremos analisar no próximo tópico.

2. Sobre o que é e o que pode ser

Nosso objetivo principal, nessa análise, é entender o que vem acontecendo nos tempos mais recentes, portanto começaremos aqui delimitando nosso recorte temporal¹⁰. No dia 21 de dezembro de 2012, 40 mil zapatistas marcharam silenciosamente pelas ruas de cinco cidades em Chiapas. Para os que diziam que

cionais para conhecerem de perto a sua experiência.

7 Em agosto de 1997, 1111 zapatistas marcharam de Chiapas até o Distrito Federal para exigir o cumprimento do Acordo de San Andrés e a desmilitarização das zonas indígenas.

8 A Marcha Cor da Terra, aconteceu em 2001, quando 23 comandantes e comandantas zapatistas foram ao Distrito Federal falar no Parlamento e foram aplaudidos por mais de um milhão de pessoas.

9 Em 2012, milhares de zapatistas ocuparam as ruas das cidades de Chiapas. Desta vez, quando multiplicavam-se as histerias, midiáticas e comerciais, sobre um possível fim do mundo, os zapatistas se manifestaram sem proferir discursos ou comunicados através de palavras.

10 Faz-se aqui uma ressalva de que olhar para o projeto revolucionário zapatista é olhar para o mundo de forma mediada. Ele nos interessa, mas apenas como se apresenta no projeto, portanto não importa tanto o quanto esse diagnóstico está correto, mas sim o discurso desses sujeitos sobre a realidade.

o movimento estava enfraquecido ou isolado e para os que o ignoraram na esperança de que desaparecesse, a resposta foi o silêncio. Isso ocorreu, como é comum na história dos zapatistas, em um dia simbólico, o último dia do ciclo maia – interpretado por alguns como o “fim do mundo” e que significou para eles não um fim, mas a reafirmação do prenúncio desse término. Esse é o início da análise e estabelecemos como ponto final a morte do Subcomandante Marcos, ou seja, o *desentierro* de Galeano que ocorreu em 25 de maio de 2014. Após o assassinato de um membro das bases de apoio zapatista por integrantes da Central Independente de Operários Agrícolas e Campesinos - Histórica (CIOAC-H), Marcos anunciou a sua retirada de cena. Essa morte não é a de um indivíduo, mas de um autor, de uma assinatura, e com isso ele pretendeu demonstrar que mais importante do que um Marcos midiático é cada um dos membros das comunidades zapatistas. Entre esses dois acontecimentos a principal iniciativa foi a Escuelita, um projeto de intercâmbio no território chiapaneco que demandou uma grande capacidade organizativa do movimento. O seu objetivo principal foi ensinar o significado da autonomia para sujeitos de diversas partes do mundo que viajaram para aprender com os indígenas.

Os documentos analisados são os comunicados disponibilizados no site Enlace Zapatista. A maioria deles é assinada pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena - Comando Geral (CCRI – CG) e, além desses, há alguns que foram escritos pelas bases de apoio. Porém sempre tiveram que passar pela anuência do Comitê para serem veiculados, o que significa que nosso foco é o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Apesar de sabermos da importância das Juntas de Bom Governo e das bases de apoio, a escolha desse material se deu pelas limitações desse texto e por um compromisso ético de somente tornar público aquilo que o movimento assim definiu. Seguimos uma lógica para pensar o projeto revolucionário zapatista: primeiramente apresentaremos aquilo que os zapatistas negam, para então explorar o que eles afirmam, ou seja, qual a sua estratégia de prática cotidiana. Feito isso apontamos o norte, ou seja, o que os zapatistas buscam no futuro, tendo a consciência desde já que essa proposta de futuro é feita de forma extremamente imbricada com o presente. Finalizamos então apresentando quem é o sujeito revolucionário para os zapatistas e brevemente quais as condições necessárias para a revolução. Essa análise recorrerá, quando necessário, a comentadores e teóricos pertinentes.

Em um comunicado, Marcos (2013d) apresenta a nova etapa do zapatismo que eles vêm chamando de a Sexta. Esse nome é uma referência à Sexta Declaração da Selva Lacandona lançada em 2005. A Sexta é comumente usada nos comunicados para se referir à aliança dos sujeitos desse processo, mas também se mostra um bom nome sintetizador do projeto revolucionário que aqui é analisado. Nesse comunicado (MARCOS, 2013d) coloca claramente algumas das perguntas centrais que guiaram nossa análise:

Nós respondemos ‘sim’ à pergunta “poderia ser de outra maneira?”

Falta responder às perguntas que se atropelam depois desse ‘sim’:

Como é essa outra maneira, esse outro mundo, essa outra sociedade que imaginamos, que queremos, que necessitamos?

O que tem que ser feito?

Com quem?

Temos que buscar as respostas a essas perguntas se não as temos. E se as temos, devemos torná-las conhecidas entre nós¹¹.

Antes do sim à mudança, há, para Holloway (2003), a negação, o grito. É necessária uma percepção teórica e experiencial dos problemas atuais para que possam ser superados. Esse grito surge justamente da experiência das injustiças que ocorrem no mundo. Esse Não, mesmo que individual ou pouco compreensível, é o ponto de partida do qual pode surgir outras realidades. Começaremos, portanto, com uma análise do que os rebeldes chiapanecos negam no *status quo*. Ao que os zapatistas se contrapõem? O que eles identificam como sendo necessário mudar?

Marcos (2013b) constrói uma imagem para esse mundo que para eles deve ser derrubado: a máquina. Essa metáfora nos permite uma boa entrada no Não zapatista. A fome, o desemprego, a falta de educação e a miséria é justamente o que a faz andar, o seu combustível. Produz mercadorias, porém é especialista

11 Todos as citações dos comunicados estão em espanhol no original, aqui apresentamos traduções próprias.

em produzir mercadorias que não têm utilidade, criando mercados em que elas viram artigos de primeira necessidade. Também produz crises que são bastante favoráveis para ela própria. A máquina controla o que se fala dela através do controle da mídia. Por fim, ele ressalta que ela não é completamente autômata, há aqueles que a fazem andar. Fica claro, portanto, que a crítica ao capitalismo é central na dimensão da negação.

Um outro Não é dado pelos zapatistas à atuação do Estado. Já se tornou notória a expressão “mau governo” e, nesses últimos anos, ela continuou aparecendo no seu discurso. É sintomático que a palavra Estado apareça tão pouco nos comunicados zapatistas. Enquanto que Mentinis (2006) via isso como uma tentativa de legitimação da possibilidade de um bom governo – o que era mais plausível no ano de sua análise –, defendemos que a expressão “mau governo” é o termo de tradução para uma discussão sobre o Estado. Os governantes institucionais são caracterizados como aqueles que preferem a violência ao diálogo, recorrem à força se não tiverem razão e disseminam a corrupção e a ruindade (MARCOS, 2012c). Em uma passagem ilustrativa, Subcomandante Moisés (2014a) toma como sinônimo do mau governo os três poderes e em um comunicado depois (2014b) afirma que “esses três poderes não têm ouvido, não têm olhos, não aceitam avisos, seu mundo é de dominação, de engano”. Aqueles que exercem cargos na política institucional são vistos como alguns dos culpados pelas misérias das pessoas comuns. Tanto é que são os principais “não-convidados” da Escuelita.

Um gato-cachorro que fala através da assinatura de Marcos (2013g) explica que o problema principal dessa forma de fazer política é a heteronomia. Em uma analogia com o futebol, ele afirma que, em ambos, os fanáticos são meros espectadores, pensam que o mais importante é o profissional, festejam ou lamentam feitos que não são seus e sempre ignoram que a questão não é trocar quem joga o jogo, pois o problema está no próprio sistema. A crítica do Estado e do capital se baseia principalmente no fato deles serem formas de relações sociais que promovem a heteronomia.

O Não também se direciona aos paramilitares e os meios pagos de comunicação que trabalham com/para os “maus governos”. Enquanto que os paramilitares se esforçam para reintroduzir cotidianamente a guerra em territórios zapatistas, a mídia serve para veicular as campanhas difamatórias e para encobrir opres-

sões contra os rebeldes chiapanecos. Por fim, é importante assinalar que nesse conjunto de comunicados analisados há uma negação enfática do machismo. A divisão do trabalho é apresentada como importante fator para a dominação masculina e ela se desdobra em uma série de dominações nas relações cotidianas (BASES, 2013b).

Esse Não de tantas características aciona uma pergunta: poderia ser de outra forma? Surge o Sim. O grito em sua negação é uma recusa à aceitação, é, portanto, também “esperança”. Esse que é um conceito herdado de Bloch (2005) está relacionado com uma paixão pelo êxito em lugar do fracasso. A esperança existe quando a pergunta sobre a possibilidade da superação radical do mundo é respondida afirmativamente. Isso para os de cima é uma calamidade: “imagine que cada um construa seu próprio destino, e decidam o que ser e o que fazer” (MARCOS, 2013a). Essa afirmação de outros mundos possíveis detona a rebeldia em sua acepção coletiva e organizada. Essa atitude foi fundamental para a existência do levante, junto com toda dor e raiva por conta das humilhações sofridas há séculos. Dessa maneira, a esperança é um requisito para que os zapatistas se tornassem o que conhecemos e é, atualmente, um critério utilizado para fazer coligações com outr@s: “à Sexta alguém adere sem mais requisitos do que o ‘não’ que nos convoca e o compromisso de construir os ‘sins’ necessários” (MARCOS, 2013d).

O grito implica fazer. Mais do que valorizar o fazer por ser uma necessidade do viver, Holloway (2003) o valoriza por ser a negação prática do mundo que se pretende mudar. Isso não significa descartar a teoria, mas entendê-la como parte do fazer. Agora iremos analisar as proposições estratégicas que são necessárias para qualquer projeto: o famoso “o que fazer?” A primeira coisa a se notar é que pros zapatistas há uma congruência entre o fazer transformativo do hoje e como ele deve ser em todo o caminhar do movimento. Os zapatistas “se preparam, se organizam, entram em acordo” (MARCOS, 2013c), ou seja, pensam no fazer da transformação do mundo e, mais importante do que isso, o colocam em prática. Analisar a dimensão estratégica-organizativa deles é pensar em uma política prefigurativa que se esforça para no cotidiano conciliar as ações e os discursos. O conceito de “política prefigurativa” (GRAEBER, 2002) pretende dar conta da subversão progressiva da sociedade através da prática cotidiana das utopias que são propostas pelos sujeitos, ou seja, experimentar na prática o mundo que está

por vir. A ideia é a de que a resistência e a construção de novas sociabilidades já existem e, ao mesmo tempo, estão sendo construídas. O seu lugar é a dignidade da existência cotidiana. Em Bloch (2005), essa atitude se chama esperar. O que não significa resignação; pelo contrário, esperar é um ato, no qual os sonhos diurnos¹² *são concretizados e projetados. A espera é participação que aceita as coisas em movimento e, portanto, como podem ser melhoradas.*

Para os zapatistas o poder é

Decidir sobre a vida, a liberdade e os bens de alguém. Não, o poder não é o dinheiro, é o que podes ter com ele. O Poder não é somente exercê-lo impunemente, também e, sobretudo, fazê-lo irracionalmente. Porque ter Poder é fazer e desfazer sem ter mais motivo do que a posse do Poder” (MARCOS, 2013a).

A definição deles é, portanto, de caráter negativo. O verdadeiro perigo para o Poder são aqueles que olham para outro lado, que o ignoram, que constroem outras formas de se relacionar. Isso se desdobra internamente na necessidade do reconhecimento dos “modos de cada um” para que a luta seja possível. Os zapatistas prezam por uma forma de organização que privilegia a autonomia dos grupos, não querem construir uma grande organização que tenha uma centralização do comando. Defendem que aos que mandam não se vence com um só pensamento por mais revolucionário, radical e poderoso que esse seja. Porém, a aceitação da autonomia de cada é sempre delimitada por uma linha que é a dos que fortalecem os projetos dos de cima, mesmo que com argumentos reformistas.

Relacionado a isso, porém em um âmbito mais interno, os zapatistas questionam *a noção* de liderança. Em vários comunicados se afirma que os líderes não são necessários e que essa posição deve ser compartilhada por todos. Por mais que a decisão de lutar seja individual, a luta tem que ser coletiva e para que ela seja emancipatória é necessária uma crítica tanto do individualismo quanto do vanguardismo. “A rebeldia, amigos e inimigos, quando é individual é bela. Mas quando é coletiva e organizada é terrível e maravilhosa. A primeira é assunto de biografias, a segunda é a que faz história” (MARCOS, 2013i). Assim como as proposições de Castoriadis (1995), a autonomia para ser conquistada tem que ter

12 Nos “sonhos diurnos”, os sujeitos partem da realidade e tentam ultrapassar o curso natural dos acontecimentos.

uma dimensão dupla: a individual e a coletiva.

Para explicar essa forma do fazer, os zapatistas se utilizam de dois oximoros – expressões que articulam termos contrários. O primeiro é o “ele-somos” que é uma estratégia para quebrar com a lógica da representação. Não é à toa que esse é o título do comunicado em que o Subcomandante Moisés (2013) se apresenta como o responsável pela porta dos territórios rebeldes. Essa expressão pretende dar conta de um indivíduo que ao mesmo tempo é toda a coletividade. O segundo oximoro é o já famoso “mandar obedecendo”. Nesses dois últimos anos da história zapatista, a ideia de que o povo é o soberano continua sendo central para o seu projeto revolucionário. Para isso, as Juntas de Bom Governo seguem os sete princípios do “mandar obedecendo” que são lembrados constantemente: “servir e não se servir; representar e não suplantar; construir e não destruir; obedecer e não mandar; propor e não impor; convencer e não vencer; baixar e não subir” (BASES, 2013a). Resumindo, as bases de apoio devem ser as protagonistas do processo, sendo os representantes meros funcionários. Nessa construção, governar se torna sinônimo de respeitar, sendo da maioria a palavra final sobre o que deve ser feito. Essa proposição é também uma luta pelo significado da democracia que segundo eles não se faz a cada eleição, mas em “todos os dias de trabalho em todas as instâncias do governo autônomo e junto com os povos, mulheres e homens” (MOISÉS, 2013).

Nesse fazer do projeto revolucionário é fundamental a “disputa ideológica”. Daí a centralidade atual da Escuelita que é uma aposta na educação como estratégia de transformação. Enquanto o “mau governo” se utiliza dos meios pagos de comunicação para desinformar o povo, os zapatistas abrem suas portas para que seja visto tudo aquilo que eles conquistaram e pretendem conquistar com seu projeto de autonomia. A experiência de alguns dias nas comunidades têm gerado trocas importantes tanto para o movimento quanto para os seus apoiadores. Nessa luta também é importante a internet através dos meios de comunicação alternativos. Uma das suas funções é permitir a “globalização imediata e massiva do ridículo e da incapacidade da classe política” (MARCOS, 2013f).

Para finalizar essa parte da análise é importante ressaltar o internacionalismo no projeto zapatista. Na Sexta isso ganha uma centralidade maior do que em momentos anteriores de sua história, pois, ao invés de procurar realizar duas frentes de articulação como as propostas sob o nome de a Outra Campanha

(em uma escala mais nacional) e a Zesta Internacional, agora se define que o que importa é o planeta Terra como um todo (MARCOS, 2013d). Há vários níveis de localidade na prática zapatista. Mais do que “pensar globalmente, atuar localmente”, os indígenas chiapanecos estão dispostos a pensar e a atuar simultaneamente em várias escalas. O EZLN conseguiu conectar o pensamento e a ação estratégicos a nível nacional e global com o apoio de bases comunitárias locais. Uma boa forma de visualizar isso é atentar para o fato de que nos seus comunicados eles estão sempre mudando o interlocutor com quem falam. Uma hora se destinam aos povos do México e não muito depois já se dirigem para os povos do mundo; quando se concentram em um caso particular, sempre tentam articulá-lo com a luta global dos oprimidos. Nos seus discursos, as escalas se constituem mutuamente em um constante jogo de ida e vinda.

Passada a discussão sobre a estratégia zapatista, nos interessa agora discutir as diretrizes morais que os guiam no fazer cotidiano. Analisaremos, portanto, o que há por trás desse fazer. Queremos entender a projeção entendida como uma relação de tensão entre o que é – geralmente entendido historicamente – e o que deveria ser. A imaginação é uma característica fundamental nesse processo e ela é reivindicada pelos zapatistas. Nas palavras do Subcomandante Marcos (2013g): “tem que ser esclarecido que, para nós, nossa história não é somente o que temos sido, o que tem nos ocorrido, o que temos feito. É também, e sobretudo, o que queremos ser e fazer”. Eles pensam a própria história através da categoria do possível, através da esperança de melhorias nas suas vidas. Porém, eles se negam a ter esquemas com opções restritivas. Não há uma formulação rígida desse futuro porque ele se faz no próprio caminhar, ou seja, é um fazer utópico do agora que constrói o futuro desejado no hoje. *É com isso em mente que podemos analisar a sua resposta para a pergunta: onde queremos estar/chegar?*

Três palavras são constantemente reivindicadas pelos zapatistas e servem como norte para entender o que deve ser esse mundo que está surgindo: democracia, liberdade e justiça. Os seus significados não são claros nos depoimentos zapatistas, já que não é intuito deles uma construção conceitual rígida e, dessa forma, essa expressão é um exemplo do que foi dito acima de como a indefinição no discurso zapatista serve como agregador de diferentes lutas sociais. Lima (2009) aponta que as três palavras vêm geralmente juntas e devem ser entendidas como uma expressão única que teria um forte aspecto moral porque

divide aquilo que é bom do que é mal. Sendo o bom – ou seja, a democracia, a liberdade e a justiça – muito próximo do que os zapatistas constroem nos seus cotidianos. Essas palavras não devem, porém, ser entendidas como patrimônio de uma particularidade específica, só podem ser compreendidas se forem universalistas. O que significa que querem acima de tudo um mundo onde ninguém é mais e ninguém é menos. O objetivo deles é “destruir as relações sociais que possibilitam que alguém esteja acima nas costas de alguém que esteja abaixo” (MARCOS, 2013d). Isso já está sendo construído desde agora em um processo de transformação contínua. O que significa que a revolução não é um evento único que refará o mundo de uma vez, é um processo. “Já se vê o horizonte, de como é, segundo nós mesmos, um novo mundo” (MOISÉS, 2013). Isso acontece com muitos erros e muitas dificuldades, os quais são expostos em um exercício de constante autocrítica.

Uma expressão que condensa o caráter libertário da projeção revolucionária zapatista é a que diz “um mundo onde caibam muitos mundos”. É na diversidade que reside a riqueza, não é intuito deles construir um único mundo homogeneizado. Em um comunicado, Marcos (2013g) nos fornece a imagem de uma casa de muitos ritmos para explicar essa ideia. Os zapatistas estão sempre desenhando em seus retratos uma chave “abaixo e à esquerda”, mas não porque estejam pensando em que porta abrir, mas em qual casa com qual porta têm que construir para que essa chave tenha destino. E se essa casa tem ritmo de “polka-balada-corrido-ranchera-cumbia-rock-ska-metal-reggae-trova-punk-hip-hop-rap-e-o-que-mais-vier” não é porque não entendam de música. É porque ela terá todas as cores e todos os sons. É com isso conseguirão concretizar mais um dos seus lemas: “para todos, tudo; para nós, nada”.

Somente nos falta agora tratar de duas questões transversais que foram aparecendo aos poucos na análise: o sujeito revolucionário e as condições necessárias. Para os zapatistas, os agentes da mudança são os outr@s, aqueles que são perseguidos somente por serem diferentes. A definição desse sujeito não é rígida e eles se contentam em fornecer algumas características abrangentes: são prescindíveis, libertários/livres, seguem a própria consciência, semeiam sem ver o fruto, não esperam por salvadores... Em outros momentos eles fazem listas extensas de quem são esses outr@s que resumindo podemos dizer que tentam incluir todos os que são marginalizados pelo capitalismo. O que essa descrição pouco precisa

demonstra é que a identidade não é um aspecto central na definição zapatista do sujeito revolucionário. Como os próprios dizem: “o que importa é o caminho não o caminhante” (MARCOS, 2013h). O ponto de partida é o sujeito que grita e ele deve ser entendido em sua auto-contradição e como influenciado pelas relações de dominação contra as quais se insurge.

Por fim, as condições necessárias para uma revolução não podem ser analisadas no caso dos zapatistas em separado das suas proposições sobre os sujeitos. Isso porque para eles as condições devem ser criadas por essas coletividades. Eles olham justamente para o que se mostra impossível até a véspera. Em suas palavras: “você olham como aproveitar a conjuntura, nós como criá-la” (MARCOS, 2013e). Mais do que uma conjuntura favorável o necessário é organização, decisão, acordos, lutas, resistência, defesa, trabalho e prática (MOISÉS, 2013). Porém, como usualmente fazem, eles afirmam que essa lista pode ser complementada se os outros rebeldes acharem que falta alguma coisa. Como pode ser percebido é uma concepção de transformação bastante voluntarista. Acreditamos que aqui os textos ganham um propósito de propaganda, pois esse tom que incentiva a ação das coletividades em rebeldia pode ser o gatilho para novas transformações. Além disso, as condições necessárias como pensadas por eles não são determinísticas e se aproximam ao conceito de projeto: o futuro é visto como em aberto e o projeto como práxis de coletividades autônomas.

Conclusão: o EZLN como autonomistas

Terminada a análise, gostaríamos de concluir esse artigo destacando o quanto os zapatistas têm se aproximado dos autonomistas¹³. A palavra autonomia se refere a um projeto e a determinados sujeitos que são contraditórios entre si, porém que compartilham determinados pontos básicos que os fazem privilegiar a capacidade de indivíduos e coletividades se envolverem diretamente na organização das suas vidas cotidianas. De forma bastante sintética, podemos afirmar que os autonomistas têm suas origens na confluência de correntes centrais das lutas sociais – anarquismo, marxismo, feminismo e lutas indígenas – e têm vivido um processo de fortalecimento – mesmo que não linear – desde a década de 1960.

13 Para uma visão geral do autonomismo em suas variadas manifestações recomendamos Albertani, Sancho e Modonesi (2009) e Adamvsky (2011).

Identificamos a existência de uma mudança histórica de aproximação a um projeto autonomista de emancipação. Para nós, o que já foi um projeto de traços vanguardistas de tomada do Estado se transformou nessa outra configuração que foi exposta em nossa análise. Isso pode ser verificado nas próprias palavras do EZLN. Segundo Marcos (2014), houve uma mudança de pensamento:

do vanguardismo revolucionário ao mandar obedecendo; da conquista do poder de cima à criação do poder de baixo; da política profissional à política cotidiana; dos líderes, aos povos; da marginalização de gênero, à participação direta das mulheres; de enganar o outro, à celebração da diferença.

São muitos os elementos elencados ao longo do texto que comprovam essa transformação. Vale destacar o fato de, assim como na teoria autonomista, o Estado ser visto como uma entidade apartada que constrói uma relação de dominação para com o resto da sociedade. Concepção que está baseada na crítica da heteronomia – que se estende à crítica da liderança e da vanguarda – por ser essa uma forma de relação que impede que os sujeitos participem ativamente na construção dos seus cotidianos. As consequências práticas disso são as tentativas de controle das relações opressivas entre aqueles que lutam conjuntamente. Para os zapatistas a luta deve respeitar a autonomia dos indivíduos e das coletividades, não deve ser tudo submetido a um comitê central. A revolução, nesse contexto, ganha uma definição processual. Tanto para os zapatistas quanto para os autonomistas há uma defesa da transformação vivida em todos os dias da vida, a democracia só é verdadeira se for cotidiana. Essa aproximação do EZLN com os autonomistas parece ser produtiva analiticamente para entender o momento atual do movimento, incorporando-o a uma tradição histórica que já contribuiu bastante nas lutas dos de baixo e da esquerda.

Recebido em julho de 2015

Aprovado em dezembro de 2015.

Referências

ADAMOVSKY, Ezequiel et al. **Pensar las autonomias: Alternativas al capital y el Estado**. México D. F.: Sísifo Ediciones, 2011.

ALBERTANI, Claudio; SANCHO, Guiomar; MODONESI, Massimo. **La autonomía posible: Reinención de la política y emancipación**. México D.F.: UACM, 2009.

BASES de apoio. **ELLOS Y NOSOTROS VII.- L@s más pequeñ@s 2.- ¿Cómo se hace?** Documento consultado em meio eletrônico [2013a]. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2013/02/22/ellos-y-nosotros-vii-ls-mas-pequens-2-como-se-hace/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

BASES de apoio. **ELLOS Y NOSOTROS. VII.- L@s más pequeñ@s. 3.- LasCompañeras. El muy largo camino de las zapatistas**. Documento consultado em meio eletrônico [2013b]. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2013/02/25/ellos-y-nosotros-vii-ls-mas-pequens-3-las-companeras-el-muy-largo-camino-de-las-zapatistas/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança** (vol. 1). Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.

BRANCALEONE, Cássio. **Os zapatistas e o significado da experiência de autogoverno indígena e camponesa no México contemporâneo**. Documento consultado em meio eletrônico [2013]. Disponível em: http://api.ning.com/files/JBQFk69Zn3WOpCPpXuXBPnLy*iTyAW0yeAu0DvX7pdsy7IgkUh3yirvARRgKtZtGbT18OBiP1INvPUPDCI-ESBy2GwqTfTcM/zapatistas.pdf Acesso em: 11 de fev. 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DÍAZ, Carlos. **La rebelión de las Cañadas**. México D. F.: Debossillo, 2013.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Universidade de

Brasília, 2001.

GENNARI, Emilio. *EZLN: Passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GRAEBER, David. **The new anarchists**. *New Left Review*, n. 13, 2002, pp 61- 73.

HILSENBECK FILHO, Alex. **Abaixo e à esquerda: Uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional**. Documento consultado em meio eletrônico [2007]. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/filho_amh_me_mar.pdf. Acesso em: 11 de fev. 2015.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo, Viramundo, 2003.

LIMA, Júnia. **“Liberdade, Justiça e Democracia”: Construções de uma “sensibilidade jurídica” no discurso zapatista**. *Campos*. n. 10(1), 2009, pp 45-62.

MARCOS, Subcomandante; LE BOT, Yvon. **El sueño zapatista**. Barcelona: Anagrama, 1997.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **¿NO LOS CONOCEMOS?**. Documento consultado em meio eletrônico [2012c]. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2012/12/30/no-los-conocemos/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **ELLOS Y NOSOTROS. I.- Las (sin) razones de arriba**. Documento consultado em meio eletrônico [2013a]. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2013/01/20/ellos-y-nosotros-i-las-sin-razones-de-arriba/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **ELLOS Y NOSOTROS. II.- La Máquina en casi 2 cuartillas.** Documento consultado em meio eletrônico [2013b]. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/2013/01/22/ellos-y-nosotros-ii-la-maquina-en-casi-2-cuartillas/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **ELLOS Y NOSOTROS. III.- LOS CAPATACES.** Documento consultado em meio eletrônico [2013c]. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/2013/01/23/ellos-y-nosotros-iii-los-capataces/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **ELLOS Y NOSOTROS. V.- LA SEXTA.** Documento consultado em meio eletrônico [2013d]. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/2013/01/26/ellos-y-nosotros-v-la-sexta/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **ELLOS Y NOSOTROS. VI.- Las Miradas. 1.- Mirar para imponer o mirar para escuchar.** Documento consultado em meio eletrônico [2013e]. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/2013/02/06/ellos-y-nosotros-vi-las-miradas/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Votán I. UN ESCARABAJO EN LA RED (Durito versión freeware).** Documento consultado em meio eletrônico [2013f]. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/2013/07/28/votan-i-un-escarabajo-en-la-red-durito-version-freeware/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **REBOBINAR 3.** Documento consultado em meio eletrônico [2013g]. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/2013/11/17/rebobinar-3/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **REBOBINAR 2: DE LA MUERTE Y OTRAS COARTADAS.** Documento consultado em meio eletrônico [2013h]. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/2013/12/22/rebobinar-2-de-la-muerte-y-otras-coartadas/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **CUANDO LOS MUERTOS CALLAN EN VOZ ALTA. (Rebobinar 1).** Documento consultado em meio eletrônico [2013i]. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2013/12/28/cuando-los-muertos-callan-en-voz-alta-rebobinar-1/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

MENTINIS, Mihalís. *Zapatistas: The Chiapas Revolt and What It Means for Radical Politics.* London: Pluto Press, 2006.

MOISÉS, Subcomandante Insurgente. **ELLOS Y NOSOTROS. VI.- Las Miradas. Parte 6: ÉL SOMOS.** Documento consultado em meio eletrônico [2013]. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2013/02/14/ellos-y-nosotros-vi-las-miradas-parte-6-el-somos/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

MOISÉS, Subcomandante Insurgente. **Editorial. Rebeldía Zapatista. La palabra del EZLN.** Documento consultado em meio eletrônico [2014a]. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2014/02/28/editorial-revista-rebeldia/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

MOISÉS, Subcomandante Insurgente. **Editorial 2. Rebeldía Zapatista. La palabra del EZLN.** Documento consultado em meio eletrônico [2014b]. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2014/04/24/editorial-2-rebeldia-zapatista-la-palabra-del-ezln/> Acesso em: 11 de fev. 2015.

OUVIÑA, Hernán. *Zapatismo: Del EZLN y el Sub Marcos a la Otra Campaña.* Buenos Aires: Era Naciente, 2007.

UMA ETNOGRAFIA DOS MESTRES DA PESCA ARTESANAL DA PRAIA DE CARNE DE VACA, GOIANA, PE

Cristiano Wellington Noberto Ramalho¹

Andreza Andrade de Melo²

RESUMO

Este trabalho aborda os pescadores mestres de pesca artesanal da Praia de Carne de Vaca, Goiana, PE, tendo enquanto objetivo *identificar, a partir das histórias de vida/oral dos mestres de pesca, as mudanças ocorridas na pesca de Carne de Vaca nos últimos anos, seja na organização social e econômica do seu trabalho, seja nos elementos ligados ao tema socioambiental*. Assim, a etnografia foi o método utilizado, que se apoiou em procedimentos de campo como a história de vida, observação direta e entrevistas semi-estruturadas. Ao todo foram entrevistados 10 mestres de distintas pescarias e idades. Os resultados apontam para um conjunto de mudanças significativas, tais como: desmatamento de áreas de manguezais, poluição dos rios; expansão urbana desordenada; instalação de grandes empreendimentos com impactos negativos sobre a localidade; e a saída de jovens da pesca. Ademais, mudanças nas relações de trabalho (saída dos empreseiros da pesca – donos dos instrumentos de trabalho) trouxeram, por outro lado, elementos positivos. De todo modo, percebeu-se a importância dos mestres de pesca na formação de novas gerações de pescadores e na identificação e leitura dos principais problemas socioambientais que afetam a pesca local.

Palavras-chave: Mestre de pesca; pesca artesanal; Carne de Vaca.

1 Graduação em Ciências Sociais (UFRPE), Mestre em Sociologia (UFPE) e Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP). Atualmente é professor adjunto de sociologia do Departamento de Sociologia (DS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

2 Bacharel em Ciências Sociais - Universidade Federal Rural de Pernambuco.

AN ETHNOGRAPHY OF MASTERS ON ARTISINAL FISHING AT CARNE DE VACA BEACH, GOIANA, PERNAMBUCO

ABSTRACT

This paper broaches the artisanal fishing masters fishermen at Carne de Vaca Beach, Goiana, PE, aiming to identify, from oral real life stories told by masters on fishing, changes at Carne de Vaca Beach way of fishing in recent years , by social and economic organization of their work, whether in elements linked to environmental themes. Thus, ethnography was the method used, which was based on field procedures such as life history, straight observation and semi-structured interviews. Ten master teachers of fishing of different ages were interviewed. The results point to a number of significant changes, such as deforestation of mangrove areas, pollution of rivers; unplanned urban expansion; installation of large enterprises with negative impacts on the community; and young people quit fishing. Moreover, changes in labor relations (entrepreneur also quit- working instruments owners) brought on the other hand, positive elements. Anyway, it was noticed the importance of the masters on fishing on the formation of new generations of fishermen and identification and understanding of the main environmental problems affecting the local fishing.

Keywords: Master on Fishing; artisanal fishing; Carne de Vaca.

Apresentação

O tradicional município de Goiana localiza-se acerca de 60 km da capital do estado de Pernambuco (Recife), sendo o último do litoral norte deste estado. Teve sua história econômica e política marcada, secularmente, pela produção canavieira efetivada em grandes propriedades rurais, como discorreu Manuel Correia de Andrade (2005), o que ainda deixa marcas profundas na sua dinâmica econômico-social e política.

Goiana tem hoje, segundo o censo populacional do IBGE (2010), 75.644 habitantes, onde 17.619 pessoas moram nas áreas rurais. No que diz respeito ao contexto econômico, o produto interno bruto vincula-se, em primeiro lugar, ao setor de serviços (gerou R\$ 420.838 reais em 2011) e depois ao ramo industrial (R\$ 234.104 reais), cabendo a agropecuária o último posto (R\$ 48.439 reais). Tal fato mostra que esses indicadores se coadunam com as mudanças vividas por vários municípios há 4 décadas no Brasil.

Nos últimos anos, Goiana recebeu importantes investimentos governamentais - oriundos da esfera estadual e federal - e privados, ora para implantação de projetos como a estatal Hemobrás, ora para a instalação da montadora automotiva Fiat, o que começou a trazer novas dinâmicas socioeconômicas e ambientais à região estudada. Paralelamente a tudo isso, um trabalho histórico manteve sua importância, em termos, inclusive, de geração de renda e de alimentos para a população local: a pesca artesanal.

Por possuir valiosa biodiversidade costeira (estuários, mangues, rios, praias e o Oceano Atlântico), várias comunidades litorâneas e ribeirinhas (Atapuz, Baldo do Rio, Barra de Catuama, Catuama, Carne de Vaca, Pontas de Pedra, São Lourenço, Tejucupapo, por exemplo) fixaram-se e se desenvolveram na localidade, especialmente através do trabalho da pesca em águas marinhas, estuarinas e/ou fluviais.

Hoje, segundo dados levantamentos junto ao Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil, do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste/Cepene - Ibama (2007), e ao Instituto Oceanário/UFRPE (2010) -, o município destaca-se como sendo a área mais importante na produção pesqueira extrativista de Pernambuco.

Na atualidade, de acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2012), estão cadastrados em todo País 1 milhão de pescadores(as), onde o Nordeste brasileiro responde por cerca de 40% desse universo e Pernambuco conta com aproximadamente 17.000 trabalhadores(as) vinculados ao setor, ao longo dos seus 187 km de litoral³.

O Brasil, em 2010, capturou 1.240.813 toneladas (t), com a produção pesqueira extrativista pernambucana contribuindo com 22.086 (t) do referido total, onde a artesanal é a hegemônica. Segundo dados do Instituto Oceanário (2009), o número de pescadores(as) em Pernambuco é mais expressivo, pois atingiria a somatória de 30.000 pessoas diretamente vinculados à atividade, que trabalham em barcos artesanais (motorizados ou não) ou pescam (siri, caranguejo, ostra) nas margens dos rios e estuários sem embarcações, como é o caso das mulheres. De acordo com o Ibama (Idem), a região de Goiana representaria mais de 30% do total de pescados capturados em Pernambuco no destacado ano.

Inserida nesse contexto situa-se a pequena praia de Carne de Vaca, em Goiana, que é a última do litoral norte de Pernambuco antes de se alcançar a Paraíba, estando a 80 km de Recife. Banhada pelos rios Goiana e Megaó e, também, pelo Oceano Atlântico, Carne de Vaca faz parte, desde o ano de 2007, de uma Unidade de Conservação (UC), a Reserva Extrativista Marinha de Acaú-Goiana (Resex Acaú-Goiana), cuja implantação deu-se por lei federal em 26 de setembro de 2007, e engloba os estados da Paraíba e Pernambuco, tendo 6.678,30 hectares. Todavia, apesar de se situar em uma UC, constatou-se, na pesquisa de campo, que isso não havia influenciado às relações de trabalho da pesca artesanal na frizada praia, pois, até o período de nosso estudo empírico, o plano de manejo não havia sido instalado. Por isso, a relação dos pescadores e pescadoras com a Resex não será analisado.

Por ser uma praia em que se pratica a pesca tradicionalmente, fato relatado pelos próprios pescadores e por estudos acadêmicos (RAMALHO, 2012a, 2012b), em um município onde esta forma de trabalho é relevante para milhares de famílias e onde a presença dos mestres de pesca assume valor estratégico para reprodução do próprio trabalho pesqueiro artesanal local, tomamos esses sujeitos

3 Tais dados do MPA (Idem) informam o número geral por unidade federativa sem detalhar por município, infelizmente.

(os mestres) como alvo de nosso estudo, por eles serem guardiões de um saber-fazer ancestral e, assim, profundos conhecedores dos processos socioambientais e econômicos ligados à pesca e à praia de Carne de Vaca.

Diante disso, algumas indagações emergiram: *Qual o papel dos mestres de pesca para a organização e continuidade desse trabalho e modo de vida em Carne de Vaca? Quais as principais mudanças socioambientais e econômicas vividas pela pesca artesanal local, a partir da compreensão dos mestres pesqueiros?*

Não é demais frisar que a pesca artesanal é classificada, por um conjunto de estudiosos (DIEGUES, 2004; MALDONADO, 1994; RAMALHO, 2015), como uma atividade tradicional, a saber, há uma dependência direta dos recursos naturais para sua existência material e imaterial; funda-se na utilização de técnicas e tecnologias de trabalho ancestrais e artesanais; tem um modo de vida baseado na oralidade e nas formas de transmissão de saberes e fazeres em que os mais velhos ocupam papel importante; a força de trabalho apóia-se nos laços familiares e/ou de compadrio; a produção é destinada ao consumo doméstico e ao comércio, etc.; e o mestre de pesca é o transmissor de um modo de trabalho e vida típicos da pesca artesanal (Idem; Ibidem).

Cabe mencionar que há algumas décadas as ciências sociais têm pesquisado as populações pesqueiras. É possível encontrar um vasto material produzido por Câmara Cascudo (1957), Diegues (1983; 2004), Furtado (1993), Maldonado (1986; 1994), Ramalho (2011; 2015), cujas especificidades do modo de vida, do trabalho, das relações socioambientais e culturais foram ressaltadas. O modo de vida dos pescadores e o conhecimento complexo e sofisticado que esses homens das águas desenvolveram para lidar com o mar e organizarem sua tripulação e suas relações com outros grupos sociais ou os marcos do capital (comerciantes, turistas, etc.) foram itens destacados pelos aludidos autores.

Para estudiosos da pesca (DUARTE, 1999; DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1994; FURTADO, 1993; RAMALHO, 2007), o mestre da pesca é um símbolo de um modo de vida, seu elo de produção e reprodução sociocultural que encontra nele uma espécie de educador do universo náutico e pesqueiro. É um portador de um patrimônio social, que se renova num diálogo permanente com os processos socioambientais e na busca por respondê-los, inserindo-os, ao buscar recriar a pesca em novos marcos societário, quando possível.

Para dar conta das indagações informadas anteriormente, foram utilizados diferentes procedimentos de campos, os quais se combinaram com o método da pesquisa etnográfica, ou seja, buscou-se dar conta das experiências cotidianas de um pequeno grupo social, em suas formas de ver, criar e vivenciar suas rotinas em seus aspectos simbólicos e objetivos (ANGROSSINO, 2009; WEBER, 2009). Assim, “a etnografia é a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (ANGROSSINO, Idem, p. 30). Nos estudos sobre pescadores, no Brasil e no mundo, a etnografia foi fartamente utilizada nas ciências sociais, bem como seus procedimentos de observação direta e de história de vida (BOIVIN, ROSATO, 2011; DIEGUES, 1983, 2004; MALDONADO, 1994; RAMALHO, 2006, 2011).

Embora não seja central em termos metodológicos, a questão da memória analisada por Pollak (1992), Bossi (1994) e Guérios (2008) não deixou de ser levada em conta, especialmente por termos como elemento importante os pescadores mais velhos e a história de vida, oral, deles. Nesse sentido,

Vale destacar que o trabalho da história oral junto aos segmentos populares resgata um nível de historicidade que comumente era conhecida através da versão produzida pelos meios oficiais. À medida que os depoimentos populares são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que os segmentos populares têm das suas vidas e do mundo ao redor (MONTENEGRO, 2003, p. 16).

Então, tal perfil de pesquisador(a) – que tece sua pesquisa com fonte na história oral (de vida) – “sustenta que a *versão* da história da sociedade que se constrói é tão válida quanto aquela que deriva da consulta de fontes documentais como arquivos e registros fiscais ou policiais, por exemplo” (LOZANO, 2006, p. 24, grifo do autor). Ademais, segundo Guérios (idem), a história oral, a memória, também permite desvelar a identificação dos especialistas, aquelas pessoas responsáveis pelo domínio de um determinado conhecimento e a reprodução do mesmo. O que, para a nossa pesquisa, tem a ver com os mestres de pesca.

Carne de Vaca conta com uma associação de pescadores e marisqueiras, que agrega aproximadamente 180 membros. Desse total, que inclui tanto pescadores quanto pescadoras, foram escolhidos 10 pescadores mestres, de acordo com os

seguintes critérios: que trabalham nas principais pescarias locais (peixes, camarão e caranguejo); que tenham maior tempo de profissão e/ou sejam reconhecidos pelo talento para pescar, segundo os próprios pescadores da comunidade; que utilizem barco, pois esses fazem uso de espaços mais diversos de pesca (estuário, rio e mar) e são os “mais capacitados na pesca”, para os seus companheiros de profissão. Assim, a escolha restringiu-se aos homens; e, por fim, aqueles que se colocaram a disposição para dar entrevista. Boa parte dos mestres foi entrevistado por mais de uma vez. O trabalho de campo durou de agosto de 2013 a abril de 2014.

É importante destacar que os pescadores entrevistados serão citados pelos nomes e/ou pelos apelidos como são conhecidos e que iremos, na escrita deste artigo, entrecruzar depoimentos dos mestres de pesca⁴ com citações de autores acadêmicos.

I. A formação profissional da pesca artesanal

A pesca em Carne de Vaca caracteriza-se por ser artesanal, isto é, a mesma é marcada, como acontece em outras localidades brasileiras, “pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo da produção” (MALDONADO, 1986. p. 15), onde os equipamentos de trabalho são produzidos e/ou reparados na própria comunidade (exceto as redes de náilon que são compradas fora do local).

Tais tecnologias, segundo o Ibama (Idem) e o Instituto Oceanário (Ibidem), possibilitam aos pescadores artesanais pernambucanos utilizarem determinados trechos de rios, mangues, estuários e do mar, no intuito de capturarem determinado pescado, fato que exige um refino de conhecimento daqueles que se dedicam a este modo de vida, a este trabalho. Para alguns estudiosos,

A tecnologia vigente, na atividade pesqueira em toda parte do estado de Pernambuco, acaba exigindo dos trabalhadores da pesca uma enorme capacidade de compreensão dos recursos naturais aquáticos, enquanto parte do seu patrimônio cultural (RAMALHO, 2006, p. 53).

4 Em Carne de Vaca, mestre de pesca também é conhecido como *pescador mais sabio, mais experiência, mais capaz* ou *mais entendido de pesca*. No presente artigo, iremos chamá-lo apenas de mestre, pois é um termo que congrega os demais.

O depoimento do pescador seu Mário, que captura, em determinadas épocas do ano, caranguejo e, em outras, peixes, evidencia bem isso: “as nossas armadilhas, nossos instrumentos de trabalho são antigos e sem modernagem. Por isso, temos que ter sabedoria maior do que os caras que pescam nos estrangeiros com sonar, GPS. Aqui, tudo é na base da sabedoria, da cuca”. Isso mostra o significado do valor do saber-fazer para que a pesca aconteça.

No caso dos grupos de trabalho que saem para as águas, eles se organizam em torno de laços de parentesco ou de amizade não havendo vínculo empregatício entre as partes, o que é ressaltado pelo antropólogo Antonio Carlos Diegues (2004, p. 246) quando esse escreveu que a pesca artesanal tem “[...] uma organização social baseada no trabalho familiar, comunitário ou coletivo”. Acerca disso, dos 10 mestres de pesca entrevistados em Carne de Vaca, todos foram iniciados no ramo por parentes mais velhos (pais, irmãos, tios, avós) e ainda hoje trabalham com pessoas próximas (parentes, amigos, compadres, filhos). Por exemplo, na compreensão do pescador Ezequiel, “tudo na pesca daqui passa pela família, no ontem e no hoje”.

A pesca artesanal recria-se na mesma medida em que consegue (re)estabelecer elos familiares em seu mundo do trabalho, em sua sociabilidade. Por exemplo, os ensinamentos transmitidos pelos mestres de pescaria são de pai para filho, neto ou sobrinho, ocorrendo, em algumas situações, pequenas mudanças nisso, quando o saber-fazer é repassado para afilhados, etc. Na década de 1950, o folclorista Câmara Cascudo (2002, p. 15) já destacava sobre um tipo de pescador clássico do Nordeste brasileiro: “o jangadeiro é filho de jangadeiro”. E é por meio desse elo familiar que se passa a reprodução e reconstrução do conhecimento pesqueiro comunitário.

O saber-fazer pesqueiro e o conhecimento sobre as dinâmicas ecológicas são adquiridos quando se olha, escuta, faz e repete o que ensinam, dizem e executam os mais velhos, os mestres de pesca. No entender do pescador seu Lourenço, “os mais velhos são os cabras que sabem mais e ensinam a atividade, que época da lua é melhor, que maré é mais bacana para pescar”. No entender da antropóloga Maldonado (Idem), os mestres representam a própria continuidade da pesca artesanal em muitas localidades do Brasil. Sendo assim, os mestres são educadores, formadores de um ofício, em seu aspecto material e imaterial (representações

sobre as águas e o próprio trabalho).

Devido a isso, a pessoa do mestre é essencial na pescaria. Para a antropóloga Simone Maldonado (1994, p.134), “falar-se de *mestre* e da *mestrança* é falar de algo universal e indissociável à pesca [grifos da autora]”, pois ninguém melhor do que esse personagem para congrega todo um saber-fazer do ofício de ser pescador⁵, com a qualidade de dominar as formas de apropriação social do espaço aquático.

Orientar e saber o momento certo do amadurecimento cognitivo de um pescador para que ele possa embarcar e/ou exercer determinadas funções no barco (algo necessário para a faina no mar projetada no jeito de trabalhar e desenvolver a pescaria em técnicas manuais, visuais, rítmicas para pôr e retirar a rede), esse é um dos papéis do mestre. Além disso, o deslocamento de uma atividade menos para uma mais sofisticada “depende fundamentalmente da avaliação do mestre” (Lima, 1997: 169), da sua certeza de que determinado pescador será capaz de realizar, de agora em diante, tal tarefa e não mais aquela. São os percursos iniciais para se alcançar o todo, a arte da pesca. Assim, o “mestre testa os pescadores para ver se eles sabem mesmo” (seu Mário), para observar aptidões presentes ou não.

Nesse sentido, há o que pode ser classificado de uma progressão na pesca oriundo do talento, onde a ascensão de atividades é definida sem imposições individuais, pois decorre de reconhecimento comunitário. Evidentemente que cabe ao mestre avaliar cada um, porém os critérios são conhecidos coletivamente e ganham o aval também da tripulação, haja vista que a qualidade do pescador deve ser demonstrada objetivamente no seu criar sensível, diariamente. Assim, a passagem a outra função, no barco, torna-se natural. Esse circuito de reconhecimento não conduz, mecanicamente, o pescador ao posto de mestre, no decorrer de sua vida (RAMALHO, 2011).

Em Carne de Vaca, os pescadores - muitas vezes - retiram sua renda exclusivamente da venda dos pescados, que pode ocorrer à beira mar ou em suas residências, sem a necessidade de estruturas comerciais mais complexas. Também repassam sua produção aos atravessadores locais, que, na maioria, são parentes ou amigos da localidade, e/ou vendem para atravessadores de outros municípios

5 Vale salientar que o mestre é personagem também comum as mais diversas atividades artesanais que existem até hoje em várias localidades brasileiras.

(esses em menor número), os quais procuram à produção pesqueira dessa praia. Na fala do pescador seu Lula, “normalmente vendemos os pescados por aqui mesmo, para quem conhecemos bem”.

A atividade pesqueira também traz a informalidade na hora do repasse dos saberes da pesca, ou seja, algo típico da pesca artesanal. Em relatos, os mestres de pesca afirmaram que aprenderam a profissão na infância, através da observação de outros pescadores, em suas práticas do dia a dia. Dessa forma, fica evidente a importância da oralidade no repasse do saber-fazer da pesca artesanal, da aprendizagem empírica. A apropriação dos saberes é feita por meio da realização das tarefas confiadas pelos mais experientes aos iniciantes, que, no caso para os atuais mestres de pesca, ocorreu quando os mesmos eram muito jovens. A atividade confiada era adaptada à força e à capacidade de manuseio de uma criança, normalmente pelo pai.

A fala do pescador abaixo clarifica bem isso:

O trabalho que eu tinha... dentro desse trabalho do meu pai na pesca, era só pegar aquele cambito e entregar a ele. Eu dentro da canoa, e ele dentro da água, botando na rede. Eu era tão pequeno que só fazia isso: pegava aquele cambitinho e entregava a meu pai, empurrando a canoa e entregando cambito pra ele botar na rede (Edeburgo).

Fica evidente que a relação de trabalho inicial opera-se entre parentes ou conhecidos, que já realizavam a atividade pesqueira; e isso sempre foi assim, como pudemos entender pelas entrevistas e observarmos em campo.

Contudo, há uma única diferença. Nos relatos dos mestres de pesca, a situação de vida em Carne de Vaca era muito diferente da atualidade, visto que, para as crianças, não havia alternativa a não ser ingressar na pesca em tenra idade para ajudar seu pai (existiam, inclusive, dificuldades de acesso à escola). Por isso, entre os entrevistados mais velhos, constata-se o baixo grau de escolaridade, sendo, assim, característica comum. Além da referida questão da escola, a condição de vida difícil e, conseqüentemente, a necessidade de ajudar na renda em casa, leva as crianças a ingressarem na pesca artesanal em Carne de Vaca.

Eu não fiz série nenhuma, porque não deu tempo de estudar. Meu pai era muito pobre, não tinha nada, e agente tinha que ajudar, e a vida foi essa até agora (Lula).

Necessidade. Foi ela quem me ensinou a trabalhar, porque não tinha condição de trabalho [outros trabalhos]. A pessoa com oito anos não tem trabalho (Ciço).

Eu só fui até o fundamental, nem terminei (Edeburgo).

Estudei até a 4º série. (Chaba).

Hoje, esse cenário de ingresso de crianças na pesca modificou, devido à presença da escola fundamental no local e de várias políticas públicas (bolsa família, por exemplo), bem como a melhora de renda da família de pescadores (tocarei nesse último aspecto mais adiante).

Antes da década de 1980, tinha-se apesar das dificuldades mencionadas, segundo os pescadores, maior “facilidade para pescar”, por conta da maior quantidade de pescados existentes no local, a saber, havia uma maior fartura de produção de peixes, crustáceos, algo que não acontece atualmente.

Para alguns pescadores, isso “foi por causa do desmatamento dos mangues... da poluição mesmo das águas dos rios daqui” (Izaque, pescador). Segundo seu Mário, por ter ocorrido um crescimento populacional, “muita gente se voltou para a pesca, porque não tinha outra ocupação e nem estudo para pegar outros serviços”, e isso gerou um aumento na pressão sobre o ambiente.

O tempo de fartura e o tempo da falta de fartura, em relação à quantidade de pescados, é marcado depois da década de 1980. Isto significa que o tempo social vive em simbiose, para esses profissionais, com o tempo da natureza. “É os anos de 1980... tudo foi quebrando... diminui os peixes... aumentou a poluição... desmatou-se muito... muita casa de veranista avançou sobre o mar... ficou ruim” (Seu Mário).

2. O comércio, os instrumentos empregados na pesca e os impactos ambientais

A área destinada à pesca em Carne de Vaca pode ser definida como o do mar de dentro (praias, rios, estuários, mangues), isto é, lugares em que não se atingiu o mar aberto, o mar de fora, que é depois dos arrecifes. Para a exploração

desta área, os pescadores de Carne de Vaca utilizam de pequenas embarcações. Na realidade, um tipo de canoa chamada de caíco (uma pequena canoa feita de madeira), como é conhecido pelos pescadores. O caíco, que é a embarcação predominante nos dias atuais, difere da antiga canoa (utilizada no passado), tanto pelo tamanho, quanto pelo formato do casco.

Antigamente era canoa, hoje é caíco. A canoa era mais trabalhosa. Até pra uma construção de uma canoa, era muito trabalho nela, porque tinha que fazer um modelo. Era quase assim como que nem um quebra cabeça, pra fazer uma canoa, e o caíco não. O caíco... a tabua é completa, se amarra ele na proa e na popa, faz o modelo dele e daí vai botando as tabuas, hoje qualquer tipo de madeira se faz uma proa de um caíco. (Edburgo).

A mudança da canoa grande para a canoa pequena, o caíco, é entendida como um avanço. Tal embarcação (canoa⁶) do passado é vista de maneira negativa, pelas suas dificuldades na prática do dia a dia. As Canoas eram grandes e pesadas, fato que trazia contratempos para se acessar determinados locais de pesca nos mangues, por exemplo.

Ademais, não é permitido mais seu fabrico, pois elas faziam usos de árvores que, hoje, têm seus cortes proibidos pelo Ibama. Com as embarcações atuais, o caíco, há a possibilidade de acoplar um pequeno motor de barco (motor de rabeta), ação essa que facilitou o trabalho dos pescadores, ao permitir maior agilidade e diminuição do tempo empregado no deslocamento da embarcação para se atingir os pontos de pesca, diminuindo significativamente o esforço físico dos trabalhadores quando comparado à utilização dos ventos e do remo no passado, como explicitado no depoimento a seguir.

Houve uma mudança boa. O trabalho, hoje, é melhor pra gente. Hoje já têm muitas dessas navegações... já tem motorzinho pra andar, e não é mais aquela agonia de pano. Quando yinha que ir pra Pontas de Pedra [praia vizinha a de Carne de Vaca em seu sentido norte], tinha que sair duas horas da tarde, pra pescar lá de cinco, porque era de acordo com o vento. Eram duas horas de viagem, e hoje a gente... com um motorzinho desse a gente vai pra lá e gastamos 35 a 40 minutos. (Ciço).

6 Assim como é feito pelos pescadores, iremos chamar, de agora em diante neste artigo, a canoa grande apenas de *canoa* e a canoa pequena de *caíco*.

Embora tenham ocorrido tais mudanças, o modo de fabricação continua sendo artesanal, e o mesmo se deu com várias técnicas náuticas e pesqueiras que foram mantidas. O pescador Tato mencionou algo sobre isso: “mudou várias coisas, mas o jeito de fazer não mudou muito não... a gente vai com base nos antigos conhecimentos sobre maré, sobre peixes, sobre ventos, sobre o jeito de fazer mesmo”.

No passado, utilizavam-se arrastões de praia, os mangotões, como chamavam os pescadores, principalmente para a captura do camarão. Hoje, essa técnica praticamente sumiu da localidade, devido, inclusive, ao desaparecimento desse crustáceo, que se somou às proibições de seu uso em decorrência de sua malha fina. Outro tipo de pesca que teve seu declínio na comunidade foi a de curral. Tais pescarias eram de propriedade dos empreseiros (é um termo local, que representa um personagem misto de comerciante também de pescado e proprietário dos instrumentos de trabalho da pesca), tendo, praticamente, desaparecido quando esse sujeito social deixou de controlar e existir na pesca de Carne de Vaca na década de 1990.

Em contrapartida, pescarias feitas com as redes de tarrafa, de espera e de cerco, assim como a pesca de linha, são “tão antigas como o próprio serviço de pescar por aqui” (Lula, pescador) e continuam a existir e difundir-se na localidade, dos mais velhos para os mais jovens.

Continuidade essa que acontece com os melhores lugares para pescar, os quais dependem exclusivamente das estações do ano. Tais pontos de pesca respeitam as condições climáticas, ou seja, as estações, porque no período de chuva, de junho a agosto, não se utilizam os rios da região (“a água fica barrenta”, João Paulo, pescador), indo para outros lugares (frequentar mais o mar em frente a Carne de Vaca, a praia de Pontas de Pedra, Barra de Catuama, por exemplo) e na época de verão, de setembro a maio, pode-se pescar em toda parte (rios e no mar da localidade). “Por aqui sempre foi assim”, frisou Dorgival (pescador).

Agora, nada mudou mais em Carne de Vaca do que a forma como se comercializam os pescados. Sobre o comércio de pescados, é importante recuperar o que destacou uma antropóloga, a saber, “os pescadores autônomos, ou artesanais, mantêm laços frouxos com o mercado de pescado, relacionando-se com ele através de intermediários, com quem tendem a estabelecer relações fortes e tensas”

(MALDONADO, 1986. p. 51).

No passado, essa relação se dava por meio de empreseiros, onde a comercialização retirava do pescador a figura de centralidade, transportando não para estes e sim para aqueles a posse da produção a ser comercializada. Com isso, o poder econômico não ficava nas mãos dos pescadores, que ocupavam na organização econômica papel secundário nos ganhos, embora fossem os sujeitos mais importantes da produção pesqueira. Seu Edeburgo narra que “a gente tinha a obrigação de repassar tudo pra eles [os empreseiros] e, muitas das vezes, como pagamento a gente recebia um vale... vale igual ao que acontecia nos engenhos”. Era uma espécie de “sistema de barracão” de engenho⁷ baseado no vale, onde ficavam sempre devendo aos empreseiros por serem enganados nas contas (a maioria dos pescadores era de analfabetos), como frisaram, quando efetivam aquisições de alimentos nas mercearias desses empresários e comerciantes locais. Isso explica o fato de que, quando questionados sobre a forma que ocorria o comércio de pescados no passado, o mesmo é narrado de forma negativa. Para os pescadores, a atuação dos empreseiros é sempre tratada como analogia da escravidão.

Os pescadores submetiam-se aos empreseiros por não terem, na época, condições materiais para adquirirem os instrumentos de trabalho (barcos, currais e armadilhas), principalmente pelo fato de não auferirem renda monetária com a atividade graças ao “sistema de barracão” empregado, e também por falta de capacidade de armazenagem dos pescados (não tinham como conservá-los). Como visto por Diegues (1983) e Maldonado (1986), a intensa perecibilidade dos pescados é que determina o ritmo de comercialização e as formas de acesso ao mercado, influenciando diretamente na tensão existente entre os pescadores e os

7 Sobre o sistema de barracão e outras lógicas de dominação pessoal que existiam nos engenhos, vale ler: ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7ª. edição. São Paulo: Cortez, 2005; GARCIA Jr, Afrânio Raul. *Senhores e moradores: a dependência personalizada*. In: _____. *O Sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB; MCT-CNPq, 1989. p. 37-58; SIGAUD, Lygia. “Se eu soubesse”: os dons, as dívidas e suas equivalências. In : *Revista Ruris*, IFCH-Unicamp, Campinas, Vol. 1, n. 2, p. 123-153, 2007; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. p. 203-246.

comerciantes de peixe e na submissão dos primeiros aos segundos.

A atuação dos empreseiros ocorria da seguinte forma: como possuíam as embarcações e os instrumentos de pesca, “cediam” esses aos pescadores para trabalharem, segundo termo local. Na hora de contabilizar os ganhos, repassavam uma pequena parte aos pescadores (25% do total do ganho), ficando com 75% do lucro com os pescados. Em muitas situações, os 25% eram divididos, para uma equipe forma por 2 a 4 pescadores, na forma de vale.

Como pode se vê a memória de um passado negativo tem uma forte ligação com sistema dos empreseiros, seu sistema de barracão, fazendo com que os pescadores frisem que “era muito ruim assim” (Ciço, pescador). Dessa maneira, os relatos dos pescadores mais velhos descrevem a referida época, como já salientamos, em paralelo à escravidão, onde o pescador que não possuísse uma canoa ou rede ficava obrigado a trabalhar para o “empreseiro” dia e noite, recebendo um valor baixíssimo em dinheiro; isso quando recebiam dinheiro, visto que muitas vezes eram forçados a adquirir alimentos no estabelecimento (vendas) do empreseiro.

Na época tinha, sabe, toda época teve atravessador, o Zé de Souza praticamente essa área toda aqui ele comandava, canoa aqui ele pintava tudo de verde, que era tudo dele (Lula).

Na época era que nem um engenho. A gente entregava todo o material, tinha um barraco que vendia as coisas, se não tivesse dinheiro na hora para pagar a gente... aí o cara lá tinha o que vender pra gente, ai a gente comprava em mercadoria, ou se não esperava quando ele voltasse da cidade para receber o dinheiro tarde (Edeburgo).

As memórias dos mestres de pesca podem ser classificadas como “lembranças dos ‘especialistas’, que são, em geral, tratadas como elementos de uma ‘memória coletiva’ portada pelo grupo como um todo, mas melhor conhecida e dominada por alguns de seus membros (GUÉRIOS, 2008, p. 372), uma vez que o passado negativo da pesca é conhecido pelos membros da família dos pescadores e até mesmo pelos moradores da região, da praia de Carne de Vaca, entretanto é mais bem explicado pelos mestres, repassado e mantido por eles. Conforme afirma Pollak (1992), a memória é socialmente construída e não há diferenças entre fonte escrita e fonte oral, por meio da história oral, também história de vida, que

é um instrumento valioso de estudo. Nunca é demais destacar que a memória é um meio privilegiado para resgatar o passado. Segundo alguns estudiosos, a história de vida resgatará, por meio dos relatos dos setores populares, histórias das vivências cotidianas (ou de certos acontecimentos) negadas ou desconhecidas pelos meios oficiais e alguns estudos acadêmicos (AMADO; FERREIRA, 2006; BOSI, 1995; MONTENEGRO, 2003).

Segundo um dos pescadores mestres,

A pesca de antigamente pra cá mudou uma boa uma parte que... essa parte era que a gente era proibido de vender nosso produto. Hoje é a gente mesmo que vende o nosso produto, e só se vende a atravessador quando é muito peixe. Quando é pouco a gente vende à retalho mesmo. A situação da compra da rede hoje é melhor pra gente. A gente ganha mais, já que a gente não entrega o produto a empreseiro vende por um preço melhor, e a gente consegue pagar o empréstimo que a gente pegou no banco. E antigamente, se a gente tirasse um empréstimo no banco, a gente não podia pagar, porque o lucro ia simhora com o empreseiro (Chaba).

Os mestres afirmam que, com a saída dos empreseiros na década de 1990 e início do primeiro decênio do século XXI, a situação econômica dos pescadores apresentou grande mudança, fato esse favorável para eles. Alguns pescadores apontam que a facilidade em adquirir empréstimos bancários - junto ao Banco do Nordeste com o acesso do Pronaf B - para aqueles que trabalhavam com a pesca artesanal foi um dos fatores determinantes para a saída dos empreseiros, pois os homens do mar, agora, já possuíam suas embarcações e redes, e não necessitavam se submeter mais aos empresários da pesca. Os pescados passaram a ser vendidos pelos próprios pescadores, possibilitando a circulação de dinheiro nas mãos dos mesmos que não eram mais forçados pela necessidade a trabalhar nos barcos dos empreseiros ou adquirir gêneros alimentícios nos comércios destes. Somando-se a isso, adquiriram frises e/ou geladeiras, o que permitiu conservar melhor os pescados para vendê-los em momentos mais oportunos, para comerciantes e veranistas que começaram a chegar a praia a partir do melhoramento das pistas locais e de suas ligações com a BR 101 Norte.

Se, por um lado, a saída dos empreseiros foi questão positiva, por outro, nesse mesmo momento histórico, mudanças ambientais negativas começaram a apre-

sentar-se na região. Assim, a escassez de pescados começou a dar sinais, já não existindo a oferta de antigamente. Sendo assim, a região estudada já apresenta indícios de um esgotamento de oferta pesqueira. A partir das entrevistas coletadas, foi possível perceber que, com o passar do tempo, houve uma diminuição gradativa na quantidade de quilos trazidos após uma jornada de trabalho nas águas. Esta comparação entre o passado e os tempos atuais é sempre feita pelos mestres, quando se questiona qual a situação da pesca, hoje. Os tempos de fatura de pescados estão diretamente ligados ao tempo de atuação dos empreseiros, mas não pela presença desse personagem e sim pelas condições ecológicas da época que favoreciam a reprodução de espécies variadas de pescados nos rios, estuários e mar que banha Carne de Vaca.

Há, aparentemente, uma suposta ambivalência na visão sobre o passado, visto que o mesmo é compreendido como algo ruim e bom ao mesmo tempo. Todavia, isso pode ser melhor explicado. Classificar o passado de ruim é vê-lo como algo vinculado aos empreseiros e, portanto, à expropriação intensa do trabalho dos pescadores, e entendê-lo como bom deve-se a fartura de pescados encontrados e capturados em decorrências das condições ambientais favoráveis dos ecossistemas locais. Dessa forma, mesmo que hoje a captura de peixes, mariscos e crustáceos sejam menores, o pescador encontra-se livre dos atravessadores ao receberem integralmente pela sua produção.

Naquele tempo se pegava muito produto, mas a condição de vender era mais ruim. Hoje em dia se pega pouco, mas é melhor. Hoje falta o produto, e naquele tempo tinha demais. Hoje seria melhor de vender, mas naquele tempo era tudo difícil (Lula, pescador).

Mudança de hoje é que a pesca tá mais extinta, não tem o produto que tinha antes. Agora em relação ao valor de antes pra hoje, é 100% a mais. Hoje o cara faz uma prestação, e se o cara for pescador mesmo... faz a prestação e paga com a pesca. Hoje você ainda compra as coisas, e ainda faz uma prestação para pagar de pesca (Edeburgo, pescador).

Naquela época, o mar era muito rico de camarão, siri, peixe. A gente só vivia disso ai mesmo, a vida da gente era essa, ai depois, passou um tempo e meu irmão Lula disse- “pai, pescaria no rio não tá dando não” (Dorgival, pescador).

No passado era bom, porque tinha produto pra gente pegar, agora fracou mais, mas, antigamente, não tinha a quem vender. Era muito ruim de vender, vendia na empresa, e o dinheiro era pouquinho, hoje em dia pra vender é mais fácil, mas falta o produto (Tato, pescador).

Foi possível constatar que há uma preocupação com a questão ambiental, principalmente por parte dos mais velhos, uma vez que eles trazem em suas memórias a época da fartura e possuem consciência de que, ao passar dos anos, a situação vai se agravando, devidos aos impactos negativos sobre o meio ambiente (desmatamento dos mangues; poluição dos rios e estuários decorrentes de fábricas, usinas e esgotamento doméstico; implantação das fazendas de camarão; especulação imobiliária). Os discursos empregados vão em direção à dificuldade da sobrevivência por meio da pesca, dada a realidade ambiental, e apontam ainda a necessidade de aplicação de medidas preventivas relacionadas à proteção do estuário, rios e mar, e é aqui que surge a esperança na organização da Resex Acaú-Goiana para superar essas adversidades. “Com ela [a Resex], temos oportunidade boa de melhorar o ambiente nosso de trabalho” (Seu Edeburgo, pescador)

Apesar dos sinais de esgotamento, para os pescadores, o presente é visto com “muita felicidade”, pois mesmo que não se capture a metade da produção de antes a autonomia de trabalho e comercialização são motivadoras para a continuidade na atividade. Soma-se isso o sentimento de liberdade que a pesca gera para os mestres, ou como dizem, “trabalho para mim mesmo e não bato cartão para ninguém” (Seu Lourenço), aspecto que se apresenta como um grande atrativo.

As principais causas apontadas pelos mestres para os impactos ambientais na região nos últimos tempos são de ordem econômica, tais como a abertura da região de Goiana para investimentos industriais (Fiat, Hemobrás, fábrica de cimento, carcinicultura, etc), que incidem diretamente no meio natural da região, ocasionando desequilíbrio ambiental.

Dentre tantas coisas, um filme repete-se para os mestres de pesca, a saída e o retorno dos jovens à atividade. Pudemos constatar isso, visto que muitos jovens, que antes pescavam com seus pais, foram trabalhar na terraplanagem e construções dos empreendimentos da Fiat e da Hemobrás. Quando essas etapas foram concluídas, a maioria desses jovens retornou para a pesca ao não serem

aproveitados para “serviços com mais estudo”, como frisaram. Para os mestres, isso sempre aconteceu com outras empresas instaladas no local (hotéis, fazendas de camarão, fábricas, etc.). O retorno dos jovens ao trabalho da pesca artesanal representa o sentimento de que essa profissão nunca diz não aos seus, pois “é igual ao coração de mãe, estando sempre aberto” (Chaba, pescador).

Considerações finais

Nos depoimentos dos mestres, o universo da pesca, do trabalho e das dinâmicas ambientais combinam-se para que os mesmos expliquem sua realidade, seu cotidiano e as transformações vividas localmente em profunda simbiose com as dinâmicas socioambientais. Suas histórias de vida são, em larga medida, a história da praia de Carne de Vaca. Nunca é demais frisar que o mestre é o guardião da tradição pesqueira, sendo portador de um profundo conhecimento sobre a história local, o saber-fazer de um ofício e as transformações experienciadas por Carne de Vaca.

Foi possível constatar que os mestres são uma espécie de especialistas acerca do passado e das tradições pesqueiras, bem como responsáveis pela sua recriação e permanência. Logo se fazem peça-chave para se compreender as transformações ocorridas ao longo do tempo e como a pesca é tensionada pelas novas formas de inserção na totalidade social. Por isso, compreender a pesca de Carne de Vaca, através das histórias de vida de 10 mestres de pescaria, mostrou-se elemento essencial na identificação das mudanças ocorridas em Carne de Vaca nos últimos anos, seja na organização social e econômica do trabalho pesqueiro, seja nos elementos ligados ao tema socioambiental da pesca artesanal.

Recebido em julho de 2015.

Aprovado em dezembro de 2015.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª. edição. São Paulo: Cortez, 2005.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

BOIVIN, Mauricio; ROSATO, Ana. Pesca y transformaciones socioeconómicas a principio del siglo XXI: un análisis etnográfico de los pescadores del delta entrerriano, Argentina. In: ALCALÁ, Graciela (Org.). **Pescadores en América Latina y el Caribe: espacio, población, producción y política**. Vol. II. México: Facultad de Ciencias de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2011. p. 185-211.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velho**. 13ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. **Modernização e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo**, RJ. Niterói: Eduff, 1999.

CASCUDO, Câmara. **Jangada: uma pesquisa etnográfica**. 2ª. Edição. São Paulo: Global Editora, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática, 1983.

_____. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo, Nupaub-USP, 2004.

DUARTE, Luiz. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Jurujuba**. Niterói, Eduff, 1999.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do rio Amazonas**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

IBAMA. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do Nordeste do Brasil – 2007**. Tamandaré-PE: CEPENE/IBAMA, 2007.

INSTITUTO OCEANÁRIO-PE. **Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco**. Recife: Instituto Oceanário, 2009.

LIMA, Roberto Kant de. **Pescadores de Itaipu**. Niterói, Eduff, 1997.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In : AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro, FGV, 2006. p. 15-25.

MALDONADO, Simone. **Pescadores do mar**. São Paulo, Ática, 1986.

_____. **Mestres e Mares: espaço e indivisão social na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 5ª edição. São Paulo, Contexto, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A desnecessidade do trabalho entre pescadores artesanais. In : **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, n. 38, p. 192-220, jan/abril, 2015.

_____. **Gestão ecológica enquanto conhecimento patrimonial dos pescadores artesanais: um estudo comparativo entre práticas pesqueiras estuarina e marítima em Pernambuco** (relatório final bolsa DCR – Fundaj/Facepe/CNPq). Recife: Fundaj/Facepe/CNPq, 2012a.

_____. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. In: **Revista de Ciências Sociais**, UFC, Fortaleza, vol. 43, n. 1, p. 8-27, 2012b.

_____. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. In: **Revista de Antropologia**, USP, São Paulo, vol. 54, n. 1, p. 315-352, jan/jun, 2011.

_____. **Embarcações do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape**, PE. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. *“Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. São Paulo: Editora Polis; Campinas: Ceres, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Sistema Nacional de Unidades De Conservação** (Snuc). 7ª. Edição. Brasília: MMA/SBF, 2007.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SERVIÇO PÚBLICO: CULTURA ORGANIZACIONAL E TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO

Luiz Felipe Soares¹

RESUMO

A terceirização é parte significativa das metamorfoses que ocorreram no mundo do trabalho pós-1970. Governos e empresas, como um todo, adotaram a estratégia de terceirizar algumas de suas atividades, seja com o intuito de lograr mais eficiência ou de reduzir custos. A terceirização do trabalho, no entanto, assume especificidades quando compreendida no contexto cultural das organizações. O objetivo deste artigo é, portanto, discutir o trabalho terceirizado em organizações públicas através do conceito de cultura organizacional. Para isso, realizamos entrevistas semiestruturadas com funcionários terceirizados e servidores públicos da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Os resultados apontaram que o cotidiano de trabalho dos funcionários terceirizados é orientado a partir dos estímulos da cultura organizacional da universidade, apesar deles serem contratados por empresas privadas. Do mesmo modo, chegamos à conclusão de que a cultura organizacional da UFRPE possui alguns traços constitutivos da cultura nacional.

Palavras-Chave: Terceirização; Serviço público; Cultura organizacional.

1 Bacharel em Ciências Sociais (UFRPE). Mestrando em Sociologia (UFPE).

ABSTRACT

Outsourcing is a significant part of the metamorphosis that occurred in work after 1970. Governments and business as a whole, have adopted the strategy to outsource some of their activities, either in order to achieve more efficiency or reduce costs. The outsourcing of labor, however, assumes specificities when understood in the cultural context of organizations. The purpose of this article is therefore to discuss the outsourced work in public organizations through the concept of organizational culture. For this, we conducted semi-structured interviews with outsourced workers and civil servants of the Federal Rural University of Pernambuco. The results showed that the daily work of outsourced employees is guided from the stimuli of the organizational culture of the university, although they are employed by private companies. Similarly, we conclude that organizational culture UFRPE has some constitutive features of national culture

Keywords: Outsourcing; Public service; Organizational culture.

Introdução

A aprovação da PL 4340/2004 na Câmara dos Deputados suscitou acaloradas discussões em torno da terceirização. O projeto, bastante polêmico, dividiu opiniões entre a população brasileira. Do lado dos empresários o argumento é que com o Projeto de Lei as empresas teriam mais segurança para contratar os serviços de terceirização, assim como os terceirizados estariam acobertados de direitos. Os sindicalistas, por sua vez, acusam a medida como a desregulamentação dos direitos trabalhistas ao passo que a PL amplia os limites da terceirização e precariza ainda mais as condições de trabalho.

O ponto mais polêmico da Lei é a permissão para terceirizar qualquer atividade de uma empresa. Isto quer dizer que não somente as atividades-meio poderão ser terceirizadas, como também as atividades-fim. Um professor de uma escola, por exemplo, poderá ser contratado por meio da terceirização e, do mesmo modo, um médico de um hospital. A partir disso, os funcionários públicos por meios de seus órgãos de representação se mobilizaram para excluir a administração pública direta do texto da PL.

No final, terminou que a PL 4340 não englobou a administração pública direta. Alguns, no entanto, afirmaram que a medida seria positiva uma vez que proporcionaria mais eficiência para a gestão pública. A lógica do argumento é que trabalhadores terceirizados contratados por uma empresa privada, porém, prestando serviços no setor público executariam com mais diligência as atividades de trabalho. O nosso questionamento é, neste sentido, problematizar essa assertiva. Isto é, até que ponto esse argumento é válido como uma ‘verdade’ universal? Os terceirizados executam suas atividades de trabalho em conformidade com os princípios de mercado ou de acordo com as especificidades da cultura das organizações públicas onde estão alocados? O que entendemos por cultura organizacional?

Para dialogarmos com questionamentos propostos, dividimos basicamente o artigo em três partes, a saber: 1) as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho com estabelecimento de um modo de acumulação flexível e a terceirização do trabalho como expressão importante desse contexto; 2) a discussão em torno do conceito de cultura organizacional presente na literatura sobre o tema; 3) uma reflexão acerca da cultura organizacional de uma universidade pública (Universi-

dade Federal Rural de Pernambuco) e seus funcionários terceirizados.

I. Rumo ao capitalismo flexível: o toyotismo e o neoliberalismo como expressões de um novo ideário universal

O mundo pós-guerra ficou marcado por um conjunto de significativas mudanças no universo do trabalho. A redução do operariado fabril, dos direitos sociais, dos filiados aos sindicatos, alterações na organização espacial do trabalho e formas atípicas de empregos são algumas das transformações que imprimiram uma nova face nas relações de trabalho da metade do século XX em diante.

Após um longo período de acumulação capitalista, em meados dos anos de 1970, a economia global, sobretudo dos países desenvolvidos, começou a apresentar indícios de retração, em virtude da queda tendencial da taxa de lucro² e do endividamento dos Estados. Estes foram alguns dos primeiros sinais de saturação do modelo de produção taylorismo/fordismo e da política macroeconômica keynesiana. Os limites do modelo taylorismo/fordismo e da crise fiscal do Welfare State foram as principais expressões da complexa crise do capitalismo que se mostrava incapaz de responder as demandas consumistas cada vez menores e de harmonizar o crescimento econômico com os gastos públicos (ANTUNES, 2009).

Para recompor o crescimento econômico e, conseqüentemente, as taxas de lucro das grandes empresas, opta-se por uma reestruturação produtiva tributária de um padrão de acumulação flexível que tem sua maior expressividade no Sistema de Produção da Toyota e no gradual desmonte do Welfare State que paulatinamente foi sendo substituído pelo neoliberalismo (ANTUNES, 2009). A assim chamada *acumulação flexível* (HARVEY, 2012) constituiu um novo momento de expansão da produção de mercadorias formatado na lógica de uma inédita e revolucionária base tecnológica, organizacional e sóciometabólica capitalista (ALVES, 2007; 2011) sob as luzes do toyotismo e de uma perspectiva mais liberalizante de produzir riquezas.

Ressaltamos que essencialmente o toyotismo não é uma ruptura total com o modelo binomial taylorismo/fordismo. O padrão de produção da Toyota é um

2 Sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro ver Marx (2008).

estágio superior de racionalização da produção (ALVES, 2007) que conservou alguns elementos do taylorismo/fordismo dando ao mesmo tempo uma nova roupagem organizacional diante das mais recentes necessidades de acumulação capitalista. Uma das principais inovações do toyotismo em relação ao taylorismo/fordismo foi à apreensão da dimensão subjetiva do trabalho, ou seja, a captura da subjetividade da *classe-que-vive-do-trabalho* pela produção do capital (ALVES, 2011). Segundo Geovanni Alves (2011, p.113), o termo “captura da subjetividade” é criado para poder expressar o nexo essencial da organização toyotista do trabalho, isto é, um novo e intenso nexo psicofísico que atua no trabalhador procurando adaptá-lo sutilmente aos dispositivos organizacionais (just-in-time, kanban, kaizen, CQC e outros). O elemento mediativo da captura da subjetividade é a formação das equipes de trabalho e o engajamento estimulado.

No que se refere à crise do Welfare State³, ganhou força no cenário político e econômico da época, a discussão sobre o fim do intervencionismo do Estado na economia e a retomada do liberalismo econômico, transferindo algumas funções do setor público para o setor privado no intuito de superar o crescente abismo fiscal e resgatar o dinamismo da economia. Essa nova fase do capitalismo culminou na privatização de diversas atividades estatais, tais como empresas e serviços; diminuiu a atividade regulamentadora do Estado na economia e nas relações de trabalho, propondo transferi-las ao mercado e realizou a abertura das economias ao capital internacional.

2. Terceirização do trabalho no Brasil

A terceirização do trabalho⁴ é parte expressiva das mudanças que ocorreram na materialidade da dinâmica produtiva do mundo pós-guerra, pois se articulou com as necessidades de acumulação do novo estágio da economia mundial, já que possibilitava ganhos expressivos em lucratividade e/ou redução de custos. Entretanto, apesar de a terceirização do trabalho ter se tornado um conside-

3 Sobre a crise petrolífera de 1973 que contribuiu para a diminuição dos recursos dos Estados, ver (PISIER, 2004).

4 “Terceirização é o processo pelo qual uma empresa deixa de executar uma ou mais atividades realizadas por trabalhadores diretamente contratados e as transfere para outra empresa” (DIEESE, 2007, p.05).

rável fenômeno mundial nos mercados de trabalho das economias capitalistas, ela apresenta características peculiares nos diferentes países onde se desenvolve (POCHMANN, 2012).

No Brasil, os primeiros indícios de terceirização das atividades de trabalho aconteceram ainda década de 1950, com a chegada das indústrias automotivas que através do discurso da qualidade, produtividade e competitividade, assumiram a estratégia de se dedicarem somente ao núcleo principal do negócio, ou seja, montagem de veículos, sendo as demais atividades realocadas para as empresas de terceiros (JORGE, 2011). De acordo com as pesquisas do Dieese (2007), as empresas brasileiras justificam a terceirização do trabalho como uma estratégia que tem diminuído o desperdício, melhorado a qualidade do serviço, aumentado a produtividade, tornado mais eficiente a administração do tempo, agilizado o processo decisório, otimizado os serviços, reduzido os custos e gerado uma nova relação com os sindicatos e conseqüentemente menos greve e ações trabalhistas.

Porém, a terceirização não se restringe apenas ao setor privado. Após os anos de milagre econômico sob o alicerce do padrão desenvolvimentista, a situação econômica brasileira se expressava em um contexto de estagflação, período que posteriormente ficou lembrado como a ‘década perdida’⁵, em virtude dos altos índices de inflação, baixo crescimento econômico e desemprego. Além disso, as contas públicas estavam se deteriorando, por motivos diversos, mas muito especialmente pelos gastos públicos e pelo aumento da dívida externa. A ideia que se predominou para explicar a crise econômica brasileira foi que a mesma era consequência direta da crise fiscal do Estado. Nesse sentido, a discussão levantada estava em torno de elaborar uma reforma de Estado que limitasse o papel do Estado na economia por meio da redução de seu tamanho, via transferência de algumas de suas atividades para o setor privado.

Através do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, se propôs um conjunto de medidas visando à reorganização do setor público, com o objetivo de alcançar uma gestão mais eficiente e uma delimitação mais detalhada das funções do Estado (DIEESE, 2007). No novo modelo de Estado ficou designado uma estrutura estatal dividida basicamente em três áreas de atuação: as atividades exclusivas do Estado; os serviços sociais e científicos do Estado e a

5 Década de 1980.

produção de bens e serviços para o mercado (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Na administração pública, sobretudo a partir da Reforma da Gestão Pública realizada pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, a terceirização se tornou uma realidade cada vez mais presente. No ano de 1997 foi editado o Decreto Federal 2.271 com fins de organizar as atribuições de contratação de serviços na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, designando um conjunto de atividades que deveriam ser executadas de forma indireta: conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações.

Atualmente, a terceirização tornou-se uma prática comum em todas as esferas da administração pública (municipal, estadual e federal) e nas empresas estatais, mas muito em parte pelo rebatimento direto que a terceirização tem sob a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ao passo que esta lei abre brecha para a contratação de serviço de terceirização de recursos humanos sem necessariamente ser compatibilizada como despesas com o pessoal e pela possibilidade de exaurir-se dos encargos, isto é, com fins de contenção de gastos.

Todavia, a terceirização do trabalho quando pensada a partir da ótica do indivíduo, quer dizer, do *homem-ou-mulher-que-trabalha*, pode suscitar novas formas de compreender esse fenômeno – o trabalho terceirizado. Uma vez que o ambiente organizacional que se prepara para adotar a terceirização de algumas de suas atividades pode sofrer influência dos terceirizados ou mesmo os funcionários terceirizados serem influenciados pela cultura da organização onde prestam serviços.

3. Cultura nas organizações públicas

A cultura organizacional é o modo de ‘ser’ e a maneira de ‘fazer’ de uma organização. A cultura é o substrato da organização, expressada por crenças que se refletem nas tradições e nos hábitos e pelas manifestações mais palpáveis como símbolos, produtos, artefatos, entre outras formas de expressão. A cultura organizacional é o conjunto de características que diferenciará uma organização de outra (PIRES; MACÊDO, 2006).

Segundo Crozatti (1998), as principais características de uma organização

podem ser apreendidas por meio de conceitos tais como: crenças, valores, costumes, ritos, cerimônias e rede de comunicação informal. Estes, sem dúvidas, compõem todo o espectro da dinâmica organizacional e demonstram o processo interno de integração dos participantes à organização e de adaptabilidade da organização ao ambiente externo.

Para Schein (2009), a cultura organizacional pode ser caracterizada por um conjunto de elementos compartilhados pelo staff que surge a partir das decisões tomadas referentes aos problemas de adaptação externa e de integração interna. Já para Fleury (1987, p.10), a cultura organizacional é designada “como um conjunto de valores e crenças compartilhados pelos membros de uma organização”, mas que consiste também em outras variáveis organizacionais: “como estrutura, tecnologia, estilo de liderança”.

Partilhamos da perspectiva de que o conjunto de valores e crenças de que Fleury (1987; 1996) se refere, é constituído contundentemente sob a influência do ambiente externo, ou seja, entendemos que a cultura de uma organização traz de alguma forma os traços da cultura de uma sociedade. As culturas das organizações, tanto privadas quanto públicas, são influenciadas pelas idiossincrasias do seu contexto econômico e cultural nacional. Portanto, a noção de cultura nacional é um conceito importante que nos permite compreender os mais variados processos sociais que se manifestam nas organizações (SAINSAULIEU, 1997).

Na mesma linha, Pires e Macêdo (2006) afirmam que não é possível compreender a cultura de uma organização sem conhecer o contexto em que ela está inserida. “Todo ser humano é de fato socializado de determinado meio, não se pode tornar inteligível a dinâmica humana nas organizações sem conhecer a cultura e a sociedade na qual ela se insere” (Hofstede *apud* PIRES; MACÊDO, 2006, p.11). A pesquisa de Hofstede levantou três traços para as organizações brasileiras: coletivista, grande distância do poder e evitação da incerteza. Em consonância, segundo Motta (1997), os traços brasileiros mais influentes nas organizações são: hierarquia; personalismo; malandragem; sensualismo e aventureiro.

Em relação às organizações públicas, boa parte da literatura existente concebe o antepassado Luso-brasileiro como a gênese das idiossincrasias da cultura organizacional do setor público brasileiro. Nesse sentido, o debate sobre o homem

cordial de Buarque de Holanda (1995), o estamento burocrático de Raymundo Faoro (1997), os clãs patriarcais de Oliveira Vianna (1982) e o jeitinho brasileiro de DaMatta (1983) expressam em parte as características peculiares das organizações brasileiras, sobretudo as que são administradas pelo poder público.

Pires & Macêdo (2006) extraíndo o pensamento de Carbone alegam que o burocratismo, autoritarismo/centralização, aversão aos empreendedores, paternalismo, levar vantagem e reformismo são alguns dos traços mais pertinentes das organizações públicas brasileiras. Além disso, a ligação das organizações públicas aos políticos conferem algumas especificidades à administração dos serviços públicos, tais como: projetos de curto prazo, duplicação de projetos, conflitos de objetivos e administração amadora.

Certamente, variáveis como a legislação a qual o servidor público está submetido, o fato de não estar subordinado de forma ‘preponderante’ à lógica de mercado, a desmotivação por falta de condições de trabalho, entre outros fatores, também podem contribuir para a explicação da dinâmica de trabalho no setor público. Contudo, é importante ressaltar que acreditamos que a cultura de uma organização não somente influencia seus funcionários, esta também é influenciada por eles.

Portanto, indagamos como se constitui o processo de adaptação de terceirizados (trabalhadores regidos pela legislação comum ao ente privado e por uma lógica de ‘mercado’) nas organizações do setor público, principalmente aquelas em que os efetivos orientam sua conduta profissional em perfeita conformidade com as características da cultura organizacional das organizações públicas.

4. Trabalhadores terceirizados em organizações públicas

A relação entre empresa e empregados sempre foi uma profícua fonte de discussão dos estudos organizacionais. Não há como pensar em organizações e não relacioná-las com a gestão de pessoas e, do mesmo modo, como pensar em empregados e não relacioná-los com a organização em que passam grande parte do seu tempo (CORTÊS; SILVA, 2006). Assim, observamos que nos últimos anos há um interesse crescente no fato de que o ‘capital humano’ representa um recurso importante para compreender as organizações e respectivamente suas

culturas organizacionais.

Uma pesquisa realizada na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)⁶ que discutiu a relação entre os funcionários (efetivos x terceirizados) demonstrou que os terceirizados apesar de pertencerem às empresas privadas, orientam sua conduta profissional em conformidade com o padrão cultural da organização em que estão prestando serviço (UFRPE). A investigação apresenta como os servidores públicos e funcionários terceirizados percebem a Universidade e como uma categoria percebe a outra. Os resultados do estudo mostraram que a relação entre efetivos e terceirizados na Universidade, divergiu em parte da maioria dos estudos que a literatura da sociologia do trabalho tem produzido sobre este tema.

Pois grande parte dos estudos sociológicos sobre o fenômeno da terceirização tem sido uma tentativa de demonstrá-la como uma forma de precarização das condições de trabalho e que as relações entre efetivos e terceirizados são muitas vezes conflituosas, competitivas e de discriminação. Sociólogos do trabalho como Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Graça Druck, entre muitos outros, são enfáticos ao considerar a terceirização a verdadeira perda de razão social do trabalho.

Graça Druck (1999; 2007) salienta que em um local de trabalho em que se convive trabalhadores terceirizados e trabalhadores efetivos pode haver uma significativa situação de discriminação, no sentido de que os trabalhadores efetivos se identificam com a empresa, diferenciam-se e ao mesmo tempo são diferenciados pelo tratamento dado por parte dos gestores em relação aos funcionários terceirizados.

O processo de distinção entre terceirizados e efetivos não ocorre somente em relação à remuneração, ascensão profissional, benefícios e promoções, ou seja, esse universo de ‘coisas’ mais palpáveis, mas há também, uma distinção por meio do uso diferenciado dos uniformes de trabalho, do uso dos espaços no refeitório, por possuírem sindicatos diferentes, isto é, um leque de ‘coisas’ que parecem ser simbólicas, mas que no final, se mostra como um poderoso mecanismo de distinção.

6 Trabalho de conclusão de curso do autor deste trabalho. Apresentada em setembro de 2013, intitulada de “Serviço Público e Terceirização: A incorporação de um habitus”. Não disponível digitalmente.

Ao analisar a terceirização na indústria de tecnologia da informação na cidade do Rio de Janeiro, Batista (2011) alega que havia um ambiente hostil aos funcionários terceirizados, pelo fato de existir disparidades salariais e diferentes planos de carreira entre efetivos e terceirizados, muitas vezes inexistentes para os terceirizados; desigualdades com relação à gratificação de férias; participação nos lucros da empresa e o uso de clube destinado aos efetivos, que não era concedido aos terceirizados.

Somando-se a isto, percebiam-se certas regalias que eram concedidas aos funcionários efetivos, como por exemplo, escolher o lugar onde se sentar para trabalhar. Portanto, geravam-se sentimentos de baixa estima nos funcionários terceirizados e uma rejeição do status de funcionário terceirizado que fora observado através da ocultação do crachá de identificação do profissional, já que não desejava ser reconhecido como pertencendo ao grupo dos funcionários terceirizados (BATISTA, 2011).

Nessa mesma linha, Sirelli (2009) estudando a terceirização na UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), a partir dos depoimentos de sua pesquisa, chegou a conclusão de que a terceirização é uma forma de colocar os servidores públicos contra os funcionários terceirizados. A pesquisa evidenciou que há servidores públicos e terceirizados trabalhando em uma mesma área (segurança), mas com remunerações diferentes, causando certo desconforto naqueles que são funcionários terceirizados.

Um estudo realizado no setor de relacionamento de uma empresa de saneamento no Espírito Santo, concluiu que indubitavelmente há um maior comprometimento organizacional por parte do efetivo do que do terceirizado com a empresa, sobretudo no quesito afetivo que aufere um sentimento de pertencer, de ver e de tomar para si os problemas da empresa. Isto se explica no fato de que os efetivos têm um tratamento diferenciado pela própria empresa no que tange aos benefícios, oportunidades e relacionamento pessoal (BARROS, 2010).

Ainda nessa mesma perspectiva, uma pesquisa que objetivou analisar como se manifesta as relações de poder entre os gestores de uma empresa e os funcionários das empresas que lhe prestam serviços (terceirizados), por meio das chamadas atividades-meio, com o intuito de alcançar as metas da produção, chegou à conclusão de que:

Observa-se nos discursos dos gerentes entrevistados, que em nenhum momento, eles admitem a assimilação dos terceiros, por meio de um tratamento igual ao dos funcionários efetivos, que são respeitados e não são discriminados. A estrutura das relações trabalhistas entre empresa contratante e seus terceirizados, apresentada por esses entrevistados, não permite que os terceiros possuam qualquer poder de decisão, uma vez que seus funcionários não pertencem ao quadro de funcionários efetivos (ALVARENGA; GARCIA, 2007, p.10).

No entanto, na UFRPE, as relações entre servidores públicos e funcionários terceirizados não parecem estar no mesmo sentido do que se tem produzido até o presente momento sobre o referido tema. Muito pelo contrário, através dos depoimentos coletados, tanto dos servidores públicos quanto dos funcionários terceirizados, o sentido das relações apontam para um relacionamento amistoso, de amizade, sem problemas. Um servidor público e uma funcionária terceirizada da Universidade compreendem a relação entre servidores e terceirizados como:

É uma relação normal, é acho que é uma relação boa porque não existe competição entre eles, os espaços de cada um estão claros, muito bem definidos. Então, de modo geral, eu acho que a convivência é harmoniosa (servidor) (grifo nosso).

É bom! É bom, não tenho o reclamar, meus colegas de trabalho são ótimos de trabalhar, **somos uma família aqui** (terceirizada) (grifo nosso).

Uma das explicações para o fato de não haver uma relação de indiferença entre servidores públicos e terceirizados, é porque não existe disputa entre eles, isto é, os servidores públicos não se acham ameaçados pelos terceirizados. Pois a maioria dos terceirizados executam as atividades-meio enquanto que os servidores públicos realizam as atividades-fim, ou seja, são posições distintas na estrutura administrativa da Universidade que não permitem uma situação de competição.

No mesmo sentido, os funcionários terceirizados percebem a Universidade como um bom lugar para se trabalhar. Os depoimentos evidenciaram que os terceirizados acham melhor prestar serviço na Universidade do que em uma empresa privada. Pois muitas vezes o padrão cultural de empresas privadas submetem

os terceirizados a um ritmo produtivista de trabalho muito exaustivo e além de que os terceirizados se sentem mais vulneráveis, quer dizer, menos estáveis nos postos de trabalho⁷.

Não! Não troco isso aqui por nada, eu gosto de trabalhar aqui... Aqui na UFRPE é porque é perto de casa, não tem essa dificuldade de ônibus e me sinto muito bem aqui... Eu acho! **Meus encarregados são super ótimos, quando a gente precisa de algo eles liberam a gente, eu acho bom aqui** (grifo nosso) (terceirizada X1).

Eu digo sempre assim às pessoas que estão entrando aqui que **aqui se chama mamãe rural**. De que você trabalhar em lugar que é mais, eu acho assim que eles pegam mais no pé né?! (...) num é nem pegar no pé, eu quero te dizer, mas não estou sabendo como me expressar... Não, é assim, **em tudo aqui, é assim, o pessoal é mais light**, você pede ao encarregado para sair, ele diz vai pode ir, traga um atestado e se você não conseguir um atestado você dá um jeito de conversar com ele e explicar o problema e ele é mais flexível né?! Em tantos lugares eu não iria ter isso né?! Se não entregasse um atestado iria ser falta né?!... É mais fácil aqui! Com certeza! Porque assim, além de ser... a gente trabalhar nessa empresa, que é privada, mas aqui dentro da Universidade a gente tem **também um tipo de amizade**, eu acho que lá fora não tem isso, ou é encarregado ou é funcionário (grifo nosso) (terceirizada X2).

Diferentemente das empresas privadas, muitas das culturas das organizações públicas oferecem alguma flexibilidade para os servidores públicos. Mas este fato também foi concedido para os funcionários terceirizados da Universidade, demonstrando que mesmo os terceirizados sendo contratados por uma empresa privada, eles orientam sua conduta profissional de acordo com a cultura organizacional da Universidade. Os depoimentos do supervisor dos terceirizados e do servidor chefe de um dos prédios da Universidade atestam que:

Sempre que existe licitação e que outras empresas ganham essa licitação, o funcionário terceirizado é absorvido pela empresa

7 Em 2010, a taxa de rotatividade da mão de obra terceirizada em São Paulo alcançou o patamar de 63,6% enquanto que no ano de 1985 a taxa ficou em 50,5%. Os indicadores apontam que as empresas terceirizadas tendem a romper o contrato de trabalho com quase todos os seus funcionários em um período inferior a dois anos (POCHMANN, 2012).

que chega e por termos funcionários aqui que tem quase 30 anos já de universidade, mesmo como prestador de serviço, **muitos deles se sentem como funcionário público e como existe uma flexibilidade maior para o funcionário público, muitos deles querem incorporar isso aí.** E aí a gente fica combatendo para que não haja. Infelizmente ainda há isso aí (supervisor dos terceirizados) (grifo nosso)

Desse pessoal terceirizado, se não houver fiscalização, se não houver controle do pessoal, aí fica a desejar, **vai ficar igual a servidor público né?** (servidor chefe) (grifo nosso).

Evidentemente, reconhecemos que a Universidade enquanto um lugar em que as relações são por excelência, relações mais humanas, pelo menos se supõe que são, pode contribuir preponderantemente para que os funcionários terceirizados assegurem algumas vantagens. Nesse sentido, segundo o depoimento do chefe dos terceirizados da área de limpeza e conservação:

Aqui na Universidade mesmo, para mim foi novidade mesmo, eu nunca tinha trabalhado em órgão público em uma unidade educacional, e a flexibilidade existe muito principalmente na parte de incentivo aos estudos. Nós temos aqui muitos funcionários que são pessoas semianalfabetas e criamos aqui uma reeducação para eles e que a Universidade junto com a empresa Soll exigem que eles retomem os estudos e aí existe até uma flexibilidade de horário para que eles estudem. A própria instituição aqui cedeu um horário para eles na extensão da Universidade, muitos funcionários trabalham aqui e estudam de noite.

Mas isto não exige de compreendermos que certas disposições para agir, sentir, perceber e julgar que os terceirizados adquirem ao ingressar na Universidade para prestarem serviços, são constituídas a partir das peculiaridades dos estímulos da cultura organizacional do setor público. E como observamos anteriormente, o debate sobre cultura organizacional de alguma forma traz à tona a relação deste conceito com o de cultura nacional. Portanto, a pesquisa também deixou evidente alguns traços da cultura brasileira na cultura organizacional da Universidade. Alguns depoimentos mostram que:

Acredito que o critério para escolher os servidores para alguns cargos é muito subjetivo, então a partir do momento em que

há subjetividade depende muito de quem está avaliando esses critérios... Dependem dos gestores em indicar as pessoas para os cargos comissionados, os cargos que têm essas promoções... E às vezes nem sempre eles são baseados em critérios mensuráveis, às vezes vai por interesses, vai por amizade (servidor) (grifo nosso).

Eu acho que o grande defeito é não ter uma gestão forte porque existem meios legais de você, pelo menos eu vejo dessa forma, de você resolver vários problemas né?! Mas você precisa de alguém que se mexa que faça isso porque existem muitos obstáculos para enfrentar e o pessoal termina desistindo, não tem força, não querem levar, **tem um jogo político muito forte, uma amizade, uma pessoalidade muito grande no serviço, então eu acho que principal problema é você ter gestores que realmente não conseguem gerir e planejar o trabalho e fazer as coisas funcionarem.** Pois eu acho que aqui quando você entra, você entra de uma forma que aos poucos você vai ficando muito desmotivado porque as coisas não funcionam como deveriam ser e você de baixa tem certa dificuldade de alterar alguma coisa porque são muitos entraves burocráticos que existem, então se não partir de cima e acredito que isso está acontecendo devagar, mudanças, agora, infelizmente pontuais que faz com que isso demore muito para se solucionar (servidor) (grifo nosso).

Portanto, o debate sobre o homem cordial de Buarque de Holanda (1995), o estamento burocrático de Raymundo Faoro (1997), os clãs patriarcais de Oliveira Vianna (1982) e o jeitinho brasileiro de DaMatta (1983), que de algum modo está refletido na discussão da literatura que trata do tema da cultura organizacional de organizações brasileiras, é significativo para desvendarmos a cultura da UFRPE, assim como a maneira que esta cultura organizacional orienta seus funcionários. Nessa perspectiva, o supervisor dos terceirizados relatou que:

Há algum tempo atrás, por conta até de cultura mesmo, muitos funcionários tinham os terceirizados como se fossem seus empregados, que não estavam aqui para atender a necessidade da instituição e sim da pessoa mesmo, mas aí essa cultura foi quebrada há mais ou menos um ano e seis meses com minha chegada aqui junto com a nova administração da Universidade (supervisor dos terceirizados).

Considerações Finais

Em síntese, os resultados da pesquisa apontaram que o cotidiano de trabalho dos funcionários terceirizados é orientado a partir dos estímulos da cultura organizacional da universidade, apesar deles serem contratados por empresas privadas. Do mesmo modo, chegamos à conclusão de que a cultura organizacional da Universidade Federal Rural de Pernambuco possui alguns traços constitutivos da cultura nacional, como bem está expresso na ideia central do debate de autores como Motta (1997) e Fleury (1987) sobre cultura organizacional e cultura nacional (brasileira).

Compreendemos, portanto, que as mudanças que a terceirização do trabalho pode trazer para as organizações, sejam públicas ou privadas, que alocam mão de obra de terceiros ou mesmo os impactos que os terceirizados podem sofrer ao prestarem serviços em organizações contratantes da terceirização do trabalho, pode variar significativamente, vai depender muito da lógica cultural da empresa (cultura organizacional) que contrata os serviços de terceirização.

Acreditamos, neste sentido, que a solução para melhoria dos serviços públicos nem sempre passa pela mercantilização das relações de trabalho. Não é uma verdade inquestionável dizer que a terceirização das atividades de trabalho no setor público nem sempre ocasiona em uma melhor eficiência dos processos de trabalho internos e na prestação de serviços aos usuários. Uma melhor qualidade dos serviços públicos, sem dúvidas, necessita ainda mais da valorização do que seja o próprio público. É um idílio fazer uma romantização do mercado e uma demonização do mercado.

Aqueles problemas enfrentados pela universidade discutida neste artigo e que parecem igualmente estar presentes em muitas organizações públicas, podem ser superados por meio de uma gestão mais ativa, participativa, que tem para si uma concepção clara e bem definida do que é uma universidade e qual a importância desta universidade para a vida das pessoas e para a sociedade de uma maneira geral. Uma gestão que consiga construir uma identidade consistente, uma verdadeira ‘comunidade’ de sentimentos que ajudem a motivar todos àqueles que vivem a universidade.

Por outro lado, por mais que os funcionários terceirizados acreditem que trabalhar na universidade seja melhor do que trabalhar no ‘mercado’, não

os excluem de serem precarizados pela terceirização. Pois percebemos que os terceirizados são trabalhadores precarizados porque mesmo compartilhando e posteriormente incorporando a cultura organizacional da universidade para que ocorra sinergia com os servidores públicos, eles não dispõem dos *capitais* necessários que lhes permitirão alcançar posições superiores no ambiente de trabalho, o que certamente os colocam em uma situação de ausência de perspectiva de mobilidade funcional no setor público.

Recebido em julho de 2015

Aprovado em dezembro de 2015.

Referências

- ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva - Ensaios de sociologia do trabalho**. 2. Ed. Londrina: Editora Praxis, 2007.
- ALVES, G. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALVARENGA, P. A.; GARCIA, F. C. **Relações de Poder nos Processos de Terceirização**: Estudo de caso. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2007, Resende - RJ. Anais do IV Smpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. Resende: Associação Educacional Dom Bôsko, 2007. v. I. p. 1-17. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/artigos07/1250_Artigo%20SEGeT.pdf Acesso em 11 de setembro de 2014.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 11. Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARROS, R. A. D. de. **COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL DO EFETIVO E DO TERCEIRIZADO: Estudo do Setor de Relacionamento com o Cliente em uma Empresa de Saneamento no Espírito Santo**. Dissertação (mestrado em administração) FUCAPE, Vitória. 2010.
- BATISTA, C. R. R. **Terceirização do trabalho: desigualdades entre empregados da contratante e terceirizados na indústria de tecnologia da informação na cidade do Rio de Janeiro**. In: 35º Encontro Anual da ANPOCS, 2011, Caxambu - MG. Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, L. C (Org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.
- CÔRTEZ, L. L; SILVA, J. R. G. da. **Construção do Contrato Psicológico de Indivíduos que Ingressam em Organizações do Setor Público no Atual Contexto Brasileiro**: Estudo de Caso em uma Empresa Estatal. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 30, 2006, Salvador. Anais: Salvador,

ANPAD, 2006, p. 1-16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-gprb-0775.pdf> Acesso em 02 de setembro de 2014.

CROZATTI, J. **Modelo de gestão e cultura organizacional: conceitos e interações**. Cad. estud., São Paulo, n. 18, Ago. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511998000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de agosto de 2014

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1983.

DIEESE. **O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil**. In: DIEESE. Relações e condições de trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2007.

DRUCK, G. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

DRUCK, G. **A perda razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 11 ed. São Paulo/ Porto Alegre: Ed. USP/Ed. Globo, 1997.

FLEURY, M. T. L. **Estórias, mitos, heróis - cultura organizacional e relações de trabalho**. RAE - Revista de administração de empresas. Rio de Janeiro, v.27, n.4, out./dez. 1987. Disponível em: < http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S003475901987000400003.pdf > . Acesso em 30 de agosto de 2014.

FLEURY, M. T. L. **O desvendar a cultura de uma organização: uma discussão metodológica**. In: FLEURY, Maria Tereza L.; FISCHER, Rosa M. Cultura e poder nas organizações. São Paulo: Atlas, 1996.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. SP: Companhia das Letras, 1995.

JORGE, H. R. **Terceirizar, flexibilizar, precarizar: um estudo crítico sobre a terceirização do trabalho** / Heber Rebouças Jorge. Dissertação (Mestrado em Sociologia), IFCH, Unicamp, Campinas, SP: [s. n.], 2011

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III/Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PISIÉ, E. (org). **História das ideias políticas**. Barueri, SP: Manole, 2004.

PIRES, J. C. de S.; MACEDO, K. B. **Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, Fev. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 de agosto de 2014.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRESTES MOTTA, F. C; CALDAS, M. (Orgs) **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

SAINSAULIEU, R. **Sociologia da empresa: organização, cultura e desenvolvimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SCHEIN, E. H. **Cultura organizacional e liderança**. Tradução: Ailton Bomfim Brandão. São Paulo: Atlas, 2009.

SIRELLI, P. M. **Terceirização no âmbito Público Estatal - Estratégia (im) posta a Universidade Federal de Juiz de Fora.** *Libertas (UFJF. Online)*, v. 4 nº 1, p. 131-157, 2009. Disponível em: <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/libertas/article/download/1857/1306+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 11 de setembro de 2014

VIANNA, O. **Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras.** Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

A **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** é uma publicação semestral do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Campus Dois Irmãos. Define-se como um periódico científico que se dedica à publicação de artigos, resultantes de atividades de pesquisa, resenhas, traduções e entrevistas. Propõe-se a divulgar a produção acadêmica nas Ciências Sociais e áreas afins.

Serão aceitos para a publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** artigos científicos inéditos, caracterizados como de interesse à difusão de ideias e ao desenvolvimento das áreas de Ciências Sociais e áreas afins.

O material para publicação deverá ser encaminhado de acordo com o disposto nas normas para publicação da revista. Os autores, ao submeterem artigos para publicação na Revista **Cadernos Ciências Sociais da UFRPE**, serão legalmente responsáveis pela garantia de que o trabalho não constitui infração de direitos autorais, isentando o Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, e o Comitê Editorial da Revista, de qualquer responsabilidade.

Os trabalhos serão examinados pelo sistema *Double Blind Review*, no qual os autores não são identificados pelos pareceristas em nenhuma fase do processo de avaliação e vice-versa.

Os artigos científicos submetidos à análise para publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** devem ser originais, não tendo sido publicados em outros meios de comunicação ou estarem sendo avaliados para publicação em outro periódico. Devem apresentar contribuição para o debate nas Ciências Sociais e áreas afins.

Para garantir o anonimato no processo de avaliação, o(s) autor(es) deve (m) anexar o arquivo com o artigo sem qualquer identificação no texto. Um arquivo complementar deverá ser anexado com a identificação do(s) autor(es) devendo-se incluir nome **completo, vínculo institucional, vínculo com programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, endereço postal e eletrônico**. Neste arquivo pode-se incluir também notas de agradecimento a pessoas ou instituições financiadoras e/ou outras desejadas pelo(s) autor(es).

Os artigos serão avaliados pelo sistema *Peer Review* – Revisão por pares.

Ao enviar o material para publicação, o(s) autor(es) estará(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, em conformidade com o Regulamento da Revista. Os autores que tiverem seus artigos publicados receberão 2 (dois) exemplares do número da Revista.

O envio do artigo a Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** implica autorização para publicação, ficando acordado que não serão pagos direitos autorais de nenhuma espécie. Uma vez publicados os textos, a Revista se reserva todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo sua posterior reprodução como transcrição e com devida citação de fontes.

O artigo a ser submetido deve conter:

- a. título: que represente adequadamente o conteúdo do trabalho, com no máximo 17 (dezessete) palavras, em negrito, fonte 12, centralizado;
- b. resumo: em 1 (um) único parágrafo que contenha objetivo, metodologia, os principais resultados e conclusões, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) linhas, fonte 12, espaçamento simples;
- c. palavras-chave: no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) – Conforme **Norma 6028** da ABNT;
- d. *abstract* (tradução do resumo para a língua inglesa) ;
- e. *keywords*;
- f. introdução, objetivos, metodologia, desenvolvimento (revisão, resultados e discussões), conclusões ou considerações finais. Não necessariamente com estes títulos;
- g. referências: devem seguir as especificações adotadas pela ABNT e listadas, em ordem alfabética, ao final do artigo. Devem ser incluídas apenas as referências citadas no texto.

Os trabalhos devem ser encaminhados exclusivamente para o e-mail:

cadernosdecienciasociaisufrpe@yahoo.com.br

Editor da Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE.

Professor Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva